DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

ISSN 2675-6676
R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXIV • Nº 7473 • SÃO PAULO, SEXTA-FEIRA 10 DE SETEMBRO DE 2021 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Em nota oficial, Bolsonaro recua e pede harmonia entre poderes

Após a reação do ministro Luiz Fux, presidente do STF, na quarta-feira, e do ministro Roberto Barroso, presidente do TSE, ontem, o presidente Bolsonaro voltou atrás em seus ataques e ameaças à Suprema Corte e publicou, no final da tarde de ontem, 9, uma nota oficial chamada "Declaração à Nação", em que prega harmonia entre os poderes, manifesta "respeito pelas instituições da República" e pela Constituição. No texto, ele reconhece que ninguém tem o direito de "esticar a corda" a ponto de prejudicar a vida dos brasileiros e a economia. A CNN Brasil informou que a nota foi redigida pelo ex-presidente Michel Temer, com quem Bolsonaro esteve ontem por mais de cinco horas, em Brasília. Quando ocupou o cargo de presidente, Temer indicou Moraes ao STF. Pág. 03

(Foto: EBC)

"A falta de compostura nos envergonha perante o mundo", enfatizou Barroso em referência direta a Bolsonaro.

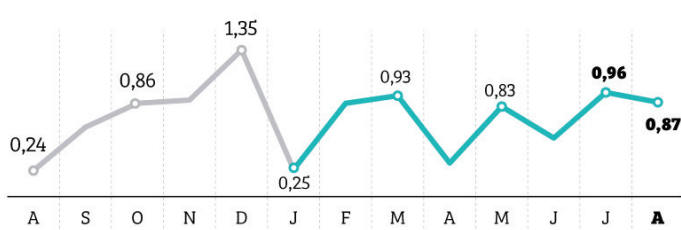
Barroso rebate acusações e diz que Bolsonaro envergonha o Brasil

Num pronunciamento contundente na abertura da sessão do TSE, ontem, 9, o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso rebateu as acusações, sem provas, feitas contra ele pelo por Bolsonaro durante os atos de 7 de setembro, e destacou que não se pode 'permitir a destruição das instituições para encobrir o fracasso econômico, social e moral' que o País vive. "A democracia só não tem lugar para quem pretende destruí-la", afirmou. Em referência às agressões de Bolsonaro, o ministro enfatizou que "a falta de compostura nos envergonha perante o mundo. Somos vítimas de chacota e desprezo mundial, um desprestígio maior do que a inflação, do que o desemprego, do que a queda de renda, do que o desmatamento da Amazônia". O ministro lembrou que o chefe do Executivo repete, incessantemente, as alegações de supostas fraudes na eleição que o alçou ao Palácio do Planalto, sem ter apresentado nenhuma prova - 'teórica vazia', 'política de palanque', classificou. Pág. 03

ECONOMIA

IPCA INFLAÇÃO OFICIAL — AGOSTO/21

VARIAÇÃO (%) 2020 / 2021

A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A
0,24		0,86		1,35	0,25		0,93		0,83		0,96	0,87

ACUMULADO EM 12 MESES 9,68%

GRUPOS (%)

	AGO/21		AGO/21
Alimentação e Bebidas	1,39	Saúde e Cuidados Pessoais	0,64
Habitação	0,68	Despesas Pessoais	0,28
Artigos de Residência	0,99	Educação	0,23
Vestuário	1,02	Comunicação	-0,04
Transportes	1,46		

FONTE | IBGE — ® INFOGRAFFO

Produção industrial em SP recuou 2,9% em julho e 3,7% no bimestre

Dados divulgados ontem, 9, pelo IBGE apontam que a produção industrial brasileira registrou retração em sete dos 15 estados pesquisados, na passagem de junho para julho. A maior queda ocorreu no Amazonas, de 14,4%. A retração em São Paulo (-2,9%) foi a segunda maior, mas a primeira em influência no resultado, devido ao peso da indústria paulista na produção nacional, que caiu 1,3% em julho, conforme divulgado pelo IBGE na semana passada. Depois de quatro taxas positivas, a queda no Amazonas, em julho, eliminou parte do crescimento de 18,6% acumulado entre março e junho. Dois setores muito influentes no estado tiveram baixo desempenho: bebidas e o de outros equipamentos de transporte. Principal influência negativa e local com a segunda maior queda absoluta, São Paulo registrou a segunda taxa negativa seguida, acumulando em dois meses uma perda de 3,7%. Pág. 04

Inflação fecha agosto em 0,87% e acumula alta de 9,68% em 12 meses

(Foto: EBC)

A gasolina subiu 2,80% e o etanol, 4,50% em agosto.

Na maior alta para o mês desde o ano 2000, a inflação medida pelo IPCA fechou agosto com avanço de 0,87%, informou ontem, 9, o IBGE. O indicador acumula altas de 5,67% no ano e de 9,68% nos últimos 12 meses, o maior valor acumulado desde fevereiro de 2016, quando o índice alcançou 10,36%. A alta do indicador foi puxada pelos preços dos transportes, com avanço de 1,46%, alavancado pelos combustíveis. A gasolina subiu 2,80%, o etanol 4,50%, gás veicular 2,06% e óleo diesel 1,79%. Pág. 04

Pesquisa da Conab confirma queda de 1,8% da safra de grãos 2020/21

Levantamento da Conab divulgado ontem, 9, indicam uma queda de 1,8% da produção nacional de grãos na safra 2020/21 em comparação à safra passada 2019/20. A produção de soja foi a que equilibrou mais os números totais da safra, com uma produção recorde estimada em 135,9 milhões de toneladas, aumento de 8,9% em relação à safra 2019/20. Pág. 04

Índice da Construção acumula alta de 22,74% nos últimos 12 meses

Após alta de 1,89% em julho, o Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi) avançou 0,99% em agosto. O resultado elevou a inflação acumulada nos últimos 12 meses para 22,74%, pouco acima dos 22,60% anotados nos 12 meses imediatamente anteriores. O acumulado de janeiro a agosto ficou em 14,61%. Pág. 04

Caminhoneiros bolsonaristas chegaram a fazer bloqueios em 15 Estados

(Foto: EBC)

Em muitos pontos, eles interceptaram com violência outros caminhões que não faziam parte do protesto.

Caminhoneiros apoiadores do presidente Bolsonaro ainda mantinham até o início da tarde de ontem, 9, manifestações e bloqueios em rodovias de 15 Estados, causando transtornos e atrasos em cargas. Em muitos pontos, eles interceptaram com violência outros caminhões que não faziam parte do protesto. Pág. 03

Oito capitais já apresentam inflação em 12 meses superior a 10%

Entre as 16 regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, oito já apresentam inflação acumuladas em 12 meses superiores a 10%. A maior inflação acumulada foi verificada em Curitiba, com taxa de 12,08%, seguida de Rio Branco (11,97%), Campo Grande (11,26%) e São Luís (11,25%). O menor acumulado de 12 meses foi registrado no Rio de Janeiro, com inflação de 8,09%. Pág. 04

Doria diz que usará força policial em caso de bloqueio de estradas

Depois de chamar a ocupação de estradas por caminhoneiros de "irregular, inconstitucional e criminosa", o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), disse ontem, 9, que usará força policial em caso de bloqueios de estradas por caminhoneiros no Estado. Com relação a estradas federais, o governador afirmou que essas são de responsabilidade do poder Executivo. Pág. 03

Afeganistão: talibãs autorizam saída de 200 estrangeiros

Pág. 05

Para Brics, estabilidade das próprias economias será crucial na recuperação global

Pág. 05

Britânico é condenado por ofensas racistas contra jogadores

Pág. 05

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.100,00
IPCA (IBGE) - mês	0,87%
IGP-M (FGV) - mês	0,66%
IPC (FIPE) - mês	1,44%
TR pré	0,0000%
Taxa básica financeira - TBF	0,4299%
Ibovespa (pontos)	115.360
Poupança (mês)	0,30%
CDB pré 30 dias - ano	5,73%
CDB pré 90 dias - ano	6,77%
CDI acumulado - mês	0,10%
CDI anualizado	5,15%
Dólar comercial	R$ 5,2260/R$ 5,2270
Dolar turismo	R$ 5,2730/R$ 5,3970
Euro turismo	R$ 6,1780/R$ 6,1800

POLÍTICA

TIT-BITS

Adequação à Lei

Resolução demonstra MPT comprometido em se adequar à LGPD, dizem advogados. A Resolução 188, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT), cria procedimentos para resguardar o sigilo de informações e informantes nas investigações do Ministério Público do Trabalho, no âmbito das exigências da LGPD.

Crime de Responsabilidade

Fux disse que ataques são práticas intoleráveis de falsos profetas do patriotismo. O presidente do tribunal disse ainda que o desrespeito a decisões do STF são crime de responsabilidade e tais atitudes devem ser analisadas pelo Congresso. "Ninguém fechará esta Corte. Nós a manteremos de pé, com suor e perseverança", disse Fux.

Invasão de Competência

PGR questiona leis estaduais que concedem porte de arma a procuradores. O procurador-geral da República, Augusto Aras, ajuizou ações diretas de inconstitucionalidade no STF em que questiona leis de dez estados que tratam da organização de suas procuradorias-gerais ou advocacias-gerais e instituem, entre as prerrogativas funcionais do procurador de estado, o direito ao porte de arma de fogo.

Internet tem regras

Google deve identificar usuário que fez comentários ofensivos contra um cartório. A 2ª Turma Recursal Provisória dos Juizados Especiais de Goiás condenou o Google a fornecer os registros de acesso de um usuário que fez comentários ofensivos sobre um cartório de Goiânia.

Erro de Sistema

TRF-3 determina prorrogação de carência de Fies de médica recém-formada. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado.

Vilania Institucional

Grupo Prerrogativas defende Alexandre de Moraes contra ataques do presidente. O grupo Prerrogativas, formado por juristas, professores de Direito e profissionais da área jurídica, publicou nota de apoio e solidariedade ao ministro do STF Alexandre de Moraes. Segundo o grupo, a atuação regular, íntegra e juridicamente qualificada do ministro vem sendo objeto de "sórdidos ataques, atrelados a torpes ameaças, protagonizados e estimulados pelo presidente da República Jair Bolsonaro".

Dirigente sindical não perde estabilidade em empresa em recuperação judicial

A recuperação judicial é uma situação distinta da extinção da atividade empresarial, acontecimento que afasta o direito à estabilidade do dirigente sindical. Com esse entendimento, a 3ª Turma do TST rejeitou o recurso de uma empresa em recuperação, e de outras do mesmo grupo, contra decisão que determinou a reintegração no emprego de um dirigente de sindicato.

TRF-1 nega recurso do INSS contra condenação por dano moral

Justiça negou provimento a recurso do INSS contra decisão que determinou o pagamento de R$ 5 mil a título de danos morais a um idoso que teve arquivado pedido de aposentadoria por idade que havia sido concedida pelas instâncias administrativas por quase cinco anos.

Ler de livros não justifica redução de pena

A mera leitura de livros não justifica a remição de pena. O entendimento é da Justiça de São Paulo ao reformar decisão de primeiro grau, que havia deferido a remição de 20 dias da pena de um detento pela leitura de cinco livros.

Bolsonaro indica que manterá tática de pressionar o STF

(Foto: EBC)

Reunido com sua equipe ministerial para avaliar a repercussão das manifestações do 7 de setembro, o presidente Jair Bolsonaro indicou que pretende continuar pressionando politicamente o Supremo Tribunal Federal (STF) e o ministro Alexandre de Moraes. Esses já foram os principais alvos dos ataques e ameaças antidemocráticas feitas pelos bolsonaristas nas manifestações e pelo próprio presidente em seus discursos nos atos de Brasília e de São Paulo. Bolsonaro cobrou de seus auxiliares soluções jurídicas que possam desobrigar órgãos do governo, como a Polícia Federal, de cumprir decisões ordenadas por Moraes.

No seu discurso, Bolsonaro já tinha dito que não pretendia cumprir ordens que viessem de Moraes. Mas quer um respaldo do jurídico para evitar que essa ação seja considerada crime de responsabilidade, como avisou na última quarta, 8, o próprio presidente do Supremo, Luiz Fux, no discurso feito em reação aos ataques proferidos por Bolsonaro contra a Corte e seus integrantes. Na conversa com os ministros, Bolsonaro se referiu mais de uma vez ao que classificou como "escalada autoritária" do STF. Sua fala, como costuma acontecer nessas reuniões, foi apoiada pelos outros ministros.

Alexandre de Moraes se tornou um alvo preferencial de Bolsonaro justamente por conduzir o processo que investiga os atos antidemocráticos, que já resultaram no pedido de prisão de aliados do presidente, como o ex-deputado Roberto Jefferson, por exemplo. A tentativa de pressionar o ministro visa que ele abra mão da condução desse processo que incomoda Bolsonaro e seus seguidores.

Apesar de ter anunciado que se reuniria com o Conselho da República justamente para tentar enquadrar o Supremo, Bolsonaro deixou o assunto de lado. A manobra, vista quase como uma espécie de oficialização de uma tentativa de golpe contra os outros Poderes, não foi discutida na reunião ministerial. Até porque o presidente nem sequer teria maioria de votos nesse Conselho, e do qual o presidente do STF não faz parte.

Desgaste - Além da pressão política contra o Supremo, Bolsonaro pediu para que seja acelerada a solução para o valor do jogo Bolsa Família, rebatizado como Auxílio Brasil. Bolsonaro tinha sido informado previamente sobre o tom da reação do presidente da Câmara, Arthur Lira. E ficou satisfeito por ver que sua fala não incluiu qualquer indicativo de apoio a um eventual pedido de impeachment.

Infraestrutura: São registrados pontos de concentração em rodovias de 13 Estados

(Foto: EBC)

O Ministério da Infraestrutura informou nesta quinta-feira, 9, que houve uma redução de cerca de 35% nas tentativas de bloqueio em rodovias federais no início da tarde desta quinta-feira, 9. Com base em informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), a pasta afirmou que, às 14h30, ainda eram registrados pontos de concentração em rodovias federais de 13 Estados, no entanto, sem mais registros de interdições na malha.

A diminuição ocorre após movimento do governo federal para tentar estancar os protestos, que foram organizados na esteira das manifestações do 7 de setembro, convocadas pelo presidente Jair Bolsonaro. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e o presidente conversam com lideranças dos caminhoneiros com objetivo de acabar com os bloqueios nas rodovias.

As reuniões acontecem após a divulgação de um áudio de Bolsonaro, gravado na última quarta-feira, 8, em que pedia aos caminhoneiros para liberarem as estradas. O apelo do presidente levantou desconfiança entre seus apoiadores, o que fez com que Tarcísio precisasse circular um vídeo para confirmar a veracidade do pedido e endossá-lo.

No boletim mais recente sobre os protestos, o Ministério da Infraestrutura afirmou que a região Sul é a que concentra mais da metade das ocorrências registradas neste início da tarde. As aglomerações também seguem nos Estados da Bahia, Mato Grosso, Pará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás, Maranhão, Rio de Janeiro e Tocantins.

A pasta informou ainda que, segundo a PRF, foi zerada a lista de pontos sensíveis com algum impedimento da saída ou entrada de caminhões. Em especial, Paulínia e São José dos Campos, em São Paulo.

Zé trovão agora diz que não se entrega e desassocia Bolsonaro de caminhoneiros

Um dos principais líderes das manifestações em favor do presidente Jair Bolsonaro, Marcos Antônio Pereira Gomes, o Zé Trovão, está no México. Considerado foragido da Justiça, ele, primeiro, afirmou que se entregaria às autoridades. Pouco depois, avisou que continuará em fuga e orientou bolsonaristas a "invadir Brasília".

Com ordem de prisão expedida, Zé Trovão continua dando instruções para apoiadores de Jair Bolsonaro pelo Brasil, por meio das redes sociais. Um dos principais meios de comunicação é um canal do Telegram com mais de 24 mil seguidores.

Mais cedo, ele falou que estava cansado de fugir e que esperaria a polícia prendê-lo, em um hotel no México.

"Em alguns momentos, eu devo ser preso. Eu não vou mais fugir. Chega, eu estou cansado disso. Para quem não sabe, estou no México. A embaixada brasileira acaba de entrar em contato com o hotel que eu estou. Em alguns momentos, provavelmente a polícia vem aqui me recolher", afirmou.

Cerca de duas horas e meia depois, ele fez uma nova gravação. Desta vez, avisou que continuaria fugindo das autoridades. No mesmo vídeo, incitou bolsonaristas a "entrar em Brasília" para colocar pressão no Senado e no presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). "Estou mais uma vez fugido. Não vou me entregar, não querem que me entregue. Não vou me entregar. Estou lutando com vocês. Vamos para cima, vamos entupir Brasília, minha gente. Entrem em Brasília agora todo mundo. Cadê o povo de Brasília para entupir Brasília e ir para a frente do Senado Federal? Precisamos cobrar uma atitude de Rodrigo Pacheco. Está na hora", afirmou.

Cabe a Pacheco decidir sobre início de processos de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Pacheco já rejeitou um pedido contra o ministro Alexandre de Moraes apresentado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Com crise, Congresso deve segurar reformas

(Foto: EBC)

O agravamento da crise política e institucional, após as manifestações de teor antidemocrático no 7 de Setembro, deve escantear de vez a agenda econômica do ministro Paulo Guedes da pauta do Congresso Nacional. Os parlamentares vão centrar esforços na aprovação do Orçamento de 2022, que precisa ser votado para não comprometer a execução de despesas no ano que vem, mas a tarefa não será fácil. Economistas do mercado estimam que a proposta enviada pela equipe econômica tem um "buraco" de cerca de R$ 70 bilhões.

O valor a descoberto inclui a ampliação do Bolsa Família, ainda sem espaço certo no Orçamento, a fatura adicional provocada pela repercussão da inflação maior sobre benefícios pagos pelo governo e negociações políticas, como a renovação da política de desoneração da folha para empresas e maior volume de emendas parlamentares. A dúvida é quanto o Congresso vai abrir de espaço para novos gastos em ano eleitoral, o que provoca volatilidade adicional no mercado financeiro.

Segundo parlamentares, o governo dificilmente terá condições de conseguir aprovar na Câmara e no Senado prioridades da equipe econômica, como o projeto que muda o Imposto de Renda e as reformas administrativa e tributária.

Os ataques disparados pelo presidente Jair Bolsonaro, que defendeu inclusive o descumprimento de decisões do STF, empurraram partidos como MDB, Solidariedade, Cidadania, PSDB e PSD para uma postura mais refratária aos projetos do governo. Várias dessas legendas passaram a discutir o impeachment de Bolsonaro, e o PSDB anunciou que a partir de agora será oposição ao governo.

Sem essas siglas, será bem mais difícil o governo formar maioria para aprovar os projetos, mais ainda Propostas de Emenda à Constituição, que precisam de quórum de 3/5 para aprovação em dois turnos de votação. São PECs a reforma administrativa e a proposta para mudar o pagamento de precatórios. Mesmo sem parcelamento, uma PEC para resolver o "meteoro" de R$ 89,1 bilhões em dívidas judiciais voltou como alternativa depois de Bolsonaro queimar a "ponte" para uma solução por meio do Judiciário.

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques — Administração
Elaine Fernandes — Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

anatec www.anatec.org.br

Fundação Vanzolini — Tiragem Auditada — Anatec

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

Barroso rebate ataques de Bolsonaro contra o STF na abertura da sessão do TSE

Na abertura da sessão do TSE de ontem, 9, o presidente Luís Roberto Barroso rebateu diretamente às alegações, sem provas, feitas pelo presidente Bolsonaro durante os discursos em manifestações antidemocráticas do feriado de 7 de setembro. O magistrado destacou que não se pode 'permitir a destruição das instituições para encobrir o fracasso econômico, social e moral' que o País vive. "A democracia tem lugar para conservadores liberais e progressistas. O que nos une é o respeito à Constituição. A democracia só não tem lugar para quem pretende destrui-la", afirmou.

Em um discurso duro, o presidente da corte eleitoral disse que o País passa por um 'momento grave' e que a 'marca Brasil' sofre uma desvalorização global: "A falta de compostura nos envergonha perante o mundo. Somos vítimas de chacota e desprezo mundial, um desprestígio maior do que a inflação, do que o desemprego, do que a queda de renda, do que o desmatamento da Amazônia".

Barroso disse que Bolsonaro insuflou seus apoiadores contra as instituições do Judiciário e prometeu desrespeitar decisões judiciais que venham a ser emitidas pelo ministro Alexandre de Moraes, integrante das duas cortes. Fux lembrou na véspera que o desacato a ordens da Justiça é crime de responsabilidade, que pode ensejar a abertura de processo de impeachment.

Barroso rebateu enfaticamente as afirmações de Bolsonaro, como a de que ele não poderia 'participar da farsa patrocinada pelo presidente do TSE'. O ministro lembrou que o chefe do Executivo repete, incessantemente, as alegações de supostas fraudes na eleição que o alçou ao Palácio do Planalto, sem ter apresentado nenhuma prova, mesmo quando foi instado formalmente pela corte eleitoral - 'teórica vazia', 'política de palanque', classificou.

(Foto: EBC)

"A falta de compostura nos envergonha perante o mundo", enfatizou Barroso em referência direta a Bolsonaro.

Após reação do STF, Bolsonaro recua, pede harmonia e diz respeitar instituições

O presidente Jair Bolsonaro divulgou nota oficial na tarde de ontem, 9, chamada de "Declaração à Nação", em que prega harmonia entre os poderes, manifesta "respeito pelas instituições da República" e pela Constituição. No texto, ele reconhece que ninguém tem o direito de "esticar a corda" a ponto de prejudicar a vida dos brasileiros e a economia.

Trata-se de um recuo do chefe do Planalto em sua radicalização após o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, reagir ao discurso de Bolsonaro nas manifestações de 7 de setembro. Fux alertou que desrespeitar decisões judiciais, uma promessa do presidente nos atos bolsonaristas quando o despacho saísse do gabinete do ministro Alexandre de Moraes, configuraria crime de responsabilidade.

"Nunca tive nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes. A harmonia entre eles não é vontade minha, mas determinação constitucional que todos, sem exceção, devem respeitar", diz Bolsonaro, na nota. "Reitero meu respeito pelas instituições da República, forças motoras que ajudam a governar o País", acrescenta.

O presidente reconhece, na declaração, que suas divergências com o Poder Judiciário decorrem de conflitos de entendimento acerca de decisões do ministro Moraes no âmbito do inquérito das fake news. A CNN Brasil informou que a nota foi redigida pelo ex-presidente Michel Temer, com quem Bolsonaro se encontrou ontem, 9, em Brasília. Quando ocupou o cargo de presidente, Temer indicou Moraes ao STF.

Contudo, apesar de ter dito na última terça-feira que não mais respeitaria despachos do magistrado, Bolsonaro afirma na nota que divergências devem ser resolvidas com medidas judiciais - ou seja, por meios de mecanismos recursais previstos na Constituição. "Quero declarar que minhas palavras, por vezes contundentes, decorreram do calor do momento e dos embates que sempre visaram o bem comum", afirma o chefe do Planalto. "Democracia é isso: Executivo, Legislativo e Judiciário trabalhando juntos em favor do povo e todos respeitando a Constituição", acrescenta.

De acordo com o presidente, ele está disposto a "manter diálogo permanente com os demais Poderes pela manutenção da harmonia e independência entre eles".

"Finalmente, quero registrar e agradecer o extraordinário apoio do povo brasileiro, com quem alinho meus princípios e valores, e conduzo os destinos do nosso Brasil", finaliza a nota.

Caminhoneiros bolsonaristas protestam em rodovias de 15 Estados

(Foto: EBC)

Dois dias após os atos antidemocráticos de 7 de Setembro, caminhoneiros que são a favor do governo do presidente Jair Bolsonaro ainda promovem manifestações em rodovias de 15 Estados nesta quinta-feira, 9, causando transtornos e atrasos em cargas.

No boletim divulgado às 8h30, o Ministério da Infraestrutura informou que, com base em informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), eram registrados pontos de concentração "com abordagem a veículos de cargas" em 15 Estados. São estes: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Tocantins, Rio de Janeiro, Rondônia, Maranhão, Roraima, Pernambuco e Pará. Segundo o ministério, houve 10% de redução de ocorrências de bloqueio desde o boletim anterior, da madrugada desta quinta. O ministério também informou que corredores logísticos foram liberados pela PRF em: Minas Gerais, na BR-040; Rio de Janeiro, na BR-116 (Dutra/Barra Mansa) e BR-040 (Reduc); Espírito Santo, na BR-101; Paraná, na BR-376 e Goiás, em Anápolis, na BR-153.

O órgão também informou que não há mais pontos de interdição em rodovias federais, com exceção da BR-174 em Roraima, onde o protesto promovido por indígenas e não tem relação com o movimento de caminhoneiros.

Os bloqueios começaram durante as manifestações do 7 de Setembro convocadas pelo presidente Jair Bolsonaro e seguiram durante a quarta-feira. Ainda segundo o ministério, a composição das mobilizações é heterogênea, "não se limitando a demandas ligadas à categoria" e não há previsão de que os bloqueios nas rodovias afetem o abastecimento de produtos no País.

As concentrações já preocupam distribuidoras de combustíveis, que temem desabastecimento de produtos como gasolina e óleo diesel.

Na noite de quarta-feira, para tentar conter os protestos, o próprio presidente Bolsonaro gravou um áudio e o ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, um vídeo para tentar desmobilizar os manifestantes.

Doria promete usar força policial caso caminhoneiros bloqueiem estradas

Em mais um distanciamento em relação à base de apoio do presidente Bolsonaro, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), chamou a ocupação de estradas por caminhoneiros de "irregular, inconstitucional e criminosa" e prometeu usar força policial em caso de bloqueios no Estado.

"Se acontecer, é questão de minutos, primeiro no diálogo, depois na força", disse o tucano durante entrevista coletiva em Sumaré. De acordo com o governador, as orientações dadas nesta quarta, 8, ao secretário de Segurança Pública do Estado e ao comando da Polícia Militar é para que não se deixe acontecer nenhuma paralisação nas estradas do Estado.

Com relação a estradas federais, o governador afirmou que essas são de responsabilidade do poder Executivo. Doria então minimizou o apelo de Bolsonaro para que manifestantes interrompessem os atos. "De nada adianta gravar um áudio pedindo para caminhoneiros não fazerem greves ou interrupções de estradas e as estradas continuarem interrompidas", disse "que posição é essa que tem o presidente", questionou.

Doria também parabenizou o presidente nacional do PSDB, Bruno Araújo, pela decisão de tirar a sigla de uma posição de "independência e neutralidade" e adotar a posição de oposição ao governo. "Colocaram o PSDB, o meu partido, como partido de oposição ao governo fascista e negacionista de Bolsonaro, posição que eu aplaudi e cumprimento".

'Há um casamento da crise econômica com a da política'

As ameaças do presidente Jair Bolsonaro nos atos do 7 de Setembro foram um "ponto de virada", no sentido de agravar a situação da economia brasileira, na avaliação do economista José Roberto Mendonça de Barros, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (1995-1998) e sócio-fundador da consultoria MB Associados. Em entrevista ao Estadão, ele afirma que a instabilidade política se soma a um quadro de piora dos indicadores econômicos, com uma inflação em alta, o desemprego elevado e a perspectiva de uma crise hídrica no radar de investidores, empresas e consumidores. Assim, as incertezas políticas afugentam os investimentos e provocam uma desaceleração do PIB. Mendonça de Barros não descarta até uma retração no último trimestre ou no ano que vem. "O discurso radical não tem nada a ver com os problemas que o Brasil enfrenta, e deixa as pessoas e os empresários inseguros", diz. Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

O mercado reagiu mal às declarações de Jair Bolsonaro nos atos do dia 7 de Setembro. Qual é a gravidade das falas do presidente para a economia?

Não é exagero dizer que ontem (7 de setembro) foi um ponto de virada, na direção de piorar a situação. Há agora um casamento de uma piora do cenário econômico com uma óbvia piora do cenário político, que assumiu um tom até mais dramático do que na economia.

O que está levando à piora nas perspectivas para a economia?

Por volta de maio, uma boa parte dos analistas do mercado estava otimista com o desempenho do Brasil neste ano, por causa da melhora dos indicadores fiscais. De lá para cá, as coisas pioraram de forma muito maior do que o esperado. Nós, na MB, que não éramos particularmente otimistas, também ficamos surpresos, porque ficou ainda pior.

Pior em que sentido?

A gente caminha para uma situação fiscal atrapalhada, agravada pela repetição do processo orçamentário maluco que temos hoje. Tem um Orçamento que foi para o Congresso em agosto e que não tem consistência. Vale uma nota de 3 reais e 50 centavos. E, de lá para cá, apareceram os precatórios. A situação fiscal é tudo menos o conforto que se dizia. Em segundo lugar, a inflação, por razões conhecidas, foi muito pior. A projeção em maio era de 6% para 2021 e, agora, está acima de 8%. Em terceiro, como consequência, o Banco Central continua correndo atrás da curva (de juros), como se diz no mercado. E entrou também no cenário algo que se podia perceber em maio, mas não na dimensão como de hoje, que é a crise hídrica. Uma parte dessa crise se reflete em aumento de tarifa, com piora para a inflação, e outra parte indica um risco sério de ter apagão no fim do ano. As projeções mostram que o nível das represas será inferior a 10% no fim do ano. Quando se chega a isso, algumas plantas precisam parar de produzir. Obviamente, o cenário piorou. Mesmo os mais otimistas para este ano projetam um crescimento muito modesto do PIB para o ano que vem. Em cima disso, há a radicalização da política.

Quais são as consequências mais diretas da radicalização?

São duas. A primeira em si é o aumento das incertezas. Começa a ter discursos antidemocráticos de um presidente que tem 25% de apoio, e gera um grau de incerteza fenomenal. Ao mesmo tempo, a própria situação econômica e, portanto, também a do governo piora. E há um desembarque enorme de boa parte do PIB e de players importantes de todas as naturezas. O desembarque demorou para acontecer, mas agora é irreversível.

O sr. diz desembarque em relação a apoio ao governo, certo?

Isso. E se manifesta de diversas formas. Alguns falam apenas reservadamente. Mas tem uma perda de apoio ao governo e uma busca por alternativas. Isso vai aumentar. O discurso radical, totalmente desligado da realidade, com pautas ideológicas que não têm nada a ver com os verdadeiros problemas do Brasil, só deixa as pessoas mais inseguras com o que vem pela frente. E estamos ainda a mais de um ano da eleição. E, finalmente, piora de forma dramática as chances de a pauta do Executivo na área econômica ser aprovada no Congresso. Deu um nó. Eu acho que não vai se aprovar mais nada. Em cima disso, a empresa que esperava a economia sair do buraco para voltar a crescer não vai mais poder contar com isso.

As decisões de investimentos já estão sendo prejudicadas?

Sim. Ao contrário do que ocorre nos EUA e em países da Europa, o Brasil não tem e nem terá um aumento dos investimentos das empresas em meio a essas incertezas gigantescas. Já estamos vendo empresas postergando decisões de investimento e abertura de capital. Estamos saindo do buraco e desacelerando em direção ao fim do ano. Nessa situação, ampliar a incerteza política piora o desempenho econômico.

Já estão revendo a projeção de crescimento de 1,4% para 2022?

Sim. Mas tem de esperar um pouco para dizer. Já vemos indicadores do segundo semestre com sinal negativo. A indústria, por exemplo, que foi a puxadora da economia por meses, perdeu o gás. Vemos até a possibilidade de o PIB escorregar para uma pequena recessão no fim deste ano e começo do ano que vem. Porque passou o efeito base do primeiro semestre. Não se está comparando mais com a queda do ano passado, mas já com a recuperação. Lembrando que só a exportação está ajudando o crescimento, porque o consumo estagnou e vai seguir estagnado. A inflação subiu tanto, que descapitalizou todo mundo, e tem muitas famílias endividadas. Vai ser um problema para muita gente, infelizmente. A gente caminha para um fim de ano fraco e a situação política só reforça isso.

Procurador do TCU pede afastamento cautelar de presidentes da Caixa e do BB

O subprocurador-geral do Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, pediu à Corte que afaste cautelarmente os presidentes da Caixa, Pedro Guimarães, e do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro, e que apure a ameaça das duas instituições de deixar a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) por causa de um manifesto que pede a harmonia entre os três Poderes apoiado pela entidade.

Em representação assinada, 8, Furtado pede ainda que o TCU investigue supostas ameaças a bancos privados que anuíssem com o manifesto de prejudicar negócios com o governo. No fim de agosto, BB e Caixa disseram que chegaram a avisar o ministro da Economia, Paulo Guedes, de que deixariam a Febraban por causa do apoio da entidade a um manifesto pedindo a harmonia entre os três poderes. Os bancos públicos voltaram atrás da decisão em seguida.

"O episódio mostra o claro posicionamento político dos dirigentes dos bancos estatais Caixa e Banco do Brasil, em desvio aos princípios que deveriam nortear as ações da administração pública", afirma Furtado.

No documento, o subprocurador pede que os dois dirigentes dos bancos sejam afastados durante as apurações, "uma vez que demonstraram que o motor das decisões tomadas na condução das instituições que dirigem possui forte viés político, em afronta ao esperado zelo pelo interesse público e não do governo de plantão".

Abras diz que monitora caminhoneiros e que não vê risco de desabastecimento

O vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Marcio Milan, disse que a instituição monitora as movimentações de caminhoneiros junto ao governo federal e não vê risco de desabastecimento.

"De ontem para hoje mais de 50% dos movimentos foram desmobilizados", afirma. Ele diz ainda que a crise hídrica e outros fenômenos climáticos que interferem nos preços de insumos não chegam rapidamente às gôndolas dos supermercados e que, por meio de uma ampliação no conjunto de marcas o varejo consegue negociar melhor aumento de preços.

"Ocorrências climáticas e hídricas demoram para chegar aos pontos de venda. Muitas vezes o reflexo se dilui", afirma.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

Inflação acumulada em 12 meses passa de 10% em oito capitais

Com a alta de 0,87% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de agosto, a inflação oficial do país chegou a 9,68% nos últimos 12 meses, segundo os dados divulgados ontem (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre as 16 regiões metropolitanas pesquisadas, oito apresentaram taxas acumuladas em 12 meses superiores a 10%.

A maior inflação acumulada foi verificada em Curitiba, com taxa de 12,08%, seguida de Rio Branco (11,97%), Campo Grande (11,26%) e São Luís (11,25%). O menor acumulado de 12 meses foi registrado no Rio de Janeiro, com inflação de 8,09%. Para o mês de agosto de 2021, todas as áreas pesquisadas tiveram inflação, sendo o maior índice registrado em Brasília (1,40%), influenciado pelas altas de 7,76% no preço da gasolina e de 3,67% na energia elétrica. O menor resultado foi verificado na região metropolitana de Belo Horizonte, com inflação mensal de 0,43%. A região foi influenciada pela queda nos preços das passagens aéreas (-20,05%) e da taxa de água e esgoto (-13,73%).

Maior índice desde fevereiro de 2016 - Segundo o analista da pesquisa, André Filipe Guedes Almeida, o IPCA acumulado de 12 meses acelerou de um patamar de 2,44% em agosto do ano passado para 9,68% agora. O índice também é o maior desde fevereiro de 2016. Almeida explica que, apesar dos números parecidos, os motivos da inflação são diferentes.

Puxada pelos combustíveis, inflação oficial fecha agosto em 0,87%

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou agosto com alta de 0,87%, a maior inflação para o mês desde o ano 2000. Com isso, o indicador acumula altas de 5,67% no ano e de 9,68% nos últimos 12 meses, o maior acumulado desde fevereiro de 2016, quando o índice alcançou 10,36%. Em agosto do ano passado, a variação foi de 0,24%. Os dados foram divulgados ontem (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre os nove grupos e serviços pesquisados pelo instituto, oito subiram em agosto, com destaque para os transportes, com alta de 1,46%, puxado pelos combustíveis. A gasolina subiu 2,80% o etanol 4,50%, gás veicular 2,06% e óleo diesel 1,79%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) teve alta de 0,88% em agosto, 0,14 ponto percentual abaixo do resultado de julho, quando a alta foi de 1,02%. No ano, o indicador acumula elevação de 5,94% e em 12 meses chega a 10,42%, acima dos 9,85% observados nos 12 meses anteriores. Em agosto do ano passado, a taxa variou 0,36%.

Para o INPC, a principal influência foram dos produtos alimentícios, que subiram 1,29% em agosto, acima de 0,66% observado em julho. Os produtos não alimentícios desacelararam e tiveram alta de 0,75% no mês, após variação positiva de 1,13% em julho.

Atos de caminhoneiros já ameaça abastecimento de gás de cozinha em MG

A partir da tarde de ontem, 9, o mercado de gás de cozinha em Minas Gerais começou a mostrar sinais de falta de abastecimento por causa da paralisação dos caminhoneiros, informou o presidente da Associação Brasileira dos Revendedores de GLP (Asmirg), Alexandre Borjaili, que vem recebendo informes de possível falta do produto também em outros Estados. “Temos informações que em várias regiões do Brasil que já começam a registrar crise no abastecimento”, disse Borjaili sobre o movimento de apoio de parte da categoria ao presidente da República, Jair Bolsonaro, que ameaça paralisar o Brasil.

Segundo Borjaili, outros combustíveis também poderão faltar, e é urgente que o governo tome alguma medida para que a situação não se agrave.

“É um absurdo o que o governo vem fazendo com sua omissão. Cortar o abastecimento é colocar vidas em risco”, afirmou em áudio enviado ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Ele destacou que as polícias civil e militar devem ser convocadas para liberar as estradas ou, em breve, começará a faltar também alimentos, a exemplo do que ocorreu em 2018.

A paralisação dos caminhoneiros bolsonaristas pede a saída de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), conforme solicitado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Consumo em supermercados cai 1,15% em julho ante julho de 2020, diz Abras

O Índice Nacional de Consumo nos Lares Brasileiros (INC) teve queda de 1,15% em julho, na comparação com o mesmo período de 2020, informou ontem, 9, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras). No acumulado do ano, de janeiro a julho, houve alta de 3,24% ante o mesmo período de 2020.

Na comparação de julho de 2021 com o mês anterior, há alta de 4,84%.

No que diz respeito a preços, a alta da Abrasmercado (cesta de 35 produtos de largo consumo) foi de 0,96% em julho, ante um aumento de 0,12% no mesmo mês de 2020.

No acumulado do ano, a alta de preços é de 5,29%.

O vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Marcio Milan, disse que o aumento de preços é uma questão mundial e não só brasileira. No entanto, ele chama a atenção para o fato de que o aumento de preço de alguns produtos, como o arroz, começam a ser estudados pela associação.

Um estudo desenvolvido pela FIA mostrou que a produção desse alimento é voltada para o mercado interno no Brasil.

“Em 2017, tomou-se a decisão de não se ter mais os estoques reguladores”, lembra Milan.

Ele afirma que sem essa possibilidade de regulação por parte do governo, preços ficam mais voláteis.

Milan disse ainda que se observa um aumento de marcas de produtos nos supermercados, o que aumenta a variedade preços e possibilita melhores negociações para os supermercados.

Projeções - O vice-presidente da Abras afirmou que a previsão de 4,5% de crescimento do setor em 2021 está mantida. Ele destacou que estão contabilizadas nessa previsão de alta anual para o setor uma recuperação econômica do País, avanço de reformas econômicas por parte do governo, bem como o apelo promocional do segundo semestre do ano.

Milan lembrou ainda que as empresas do setor têm mais inaugurações e investimentos que podem dar resultado nesta segunda metade de 2021.

Caso essas alavancas não se mostrem reais, o vice-presidente diz que a previsão de crescimento pode ser revista.

Em julho, indústria recua em sete dos 15 locais pesquisados

(Foto: EBC)

Para o analista da pesquisa, Bernardo Almeida, o mês de julho demonstra, em primeiro plano, o retrato da indústria regional que já era visto antes da pandemia.

A produção industrial brasileira apresentou queda em sete dos 15 locais analisados pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM Regional), na passagem de junho para julho. O Amazonas teve o maior recuo: -14,4%. A retração em São Paulo (-2,9%) foi a segunda maior, mas a primeira em influência no resultado, por conta do peso da indústria paulista na produção nacional. Os resultados foram divulgados ontem (9), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A produção industrial nacional caiu 1,3%, como divulgado pelo IBGE na semana passada.

Para o analista da pesquisa, Bernardo Almeida, o mês de julho demonstra, em primeiro plano, o retrato da indústria regional que já era visto antes da pandemia. “Com o avanço da vacinação e uma maior circulação de pessoas, a indústria começa a mostrar sua realidade pré-pandemia, mas com condições que se acentuaram, como o desemprego e a inflação”, afirmou, em nota.

Cenário econômico - Citando os últimos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o pesquisador acentuou que “o resultado da indústria regional reflete o momento econômico demonstrado pelas demais pesquisas do IBGE”. Depois de quatro taxas positivas, a queda no Amazonas, em julho, eliminou parte do crescimento de 18,6% acumulado entre março e junho. “Dois setores muito influentes no estado tiveram baixo desempenho: bebidas e o de outros equipamentos de transporte”, explicou Almeida.

Principal influência negativa e local com a segunda maior queda absoluta, São Paulo registrou a segunda taxa negativa seguida, acumulando em dois meses uma perda de 3,7%.

Última pesquisa para safra 2020/21 confirma queda de 1,8% ante 2019/20, diz Conab

(Foto: EBC)

A produção nacional de grãos na safra 2020/21 deve atingir 252,3 milhões de toneladas, uma redução de 1,8% sobre a safra passada 2019/20, que foi de 257,01 milhões de t. Na comparação com a pesquisa anterior, de agosto, a safra 2020/21 é 0,7% menos (menos 1,67 milhão de t), conforme mostra o 12º e último levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgado ontem, 9. A partir de outubro, a estatal reinicia o ciclo e passa a calcular os números da próxima colheita 2021/22 no País, explica a Conab, em comunicado.

As áreas das culturas de primeira safra estão totalmente colhidas, as de segunda safra em fase final de colheita. As culturas que têm uma terceira safra, como milho e feijão, estão com as lavouras em fase desde florescimento até o fim da colheita. As culturas de inverno, como trigo, estão em fase inicial de colheita, que será intensificada a partir deste mês.

No caso do milho, a produção total é de 85,75 milhões de toneladas, volume 16,4% menor que em 2019/20, quando fechou em 102,5 milhões de toneladas. A primeira safra está com a colheita finalizada (queda de 3,7%, para 24,74 milhões de t ante 2019/20) A segunda safra, com 86,9% concluída até o fim de agosto, deve ser de 54,47 milhões de t (menos 20,8%). Para a terceira safra, situada na região do Sealba (Sergipe, Alagoas e nordeste da Bahia), além dos cultivos em Pernambuco e Roraima, as fases das lavouras variam desde a fase vegetativa até as operações de colheita. A previsão é de colheita de 1,53 milhão de t, queda de 16,8% ante 2019/20.

A produção de soja foi a que equilibrou mais os números totais da safra, com uma produção recorde estimada em 135,9 milhões de toneladas, aumento de 8,9% em relação à safra 2019/20. O levantamento feito pela Companhia mostra que a colheita está praticamente finalizada, restando a produção de Roraima e Alagoas, que representam pouco mais de 0,1% do volume nacional.

Índice da Construção Civil registra alta de 0,99% em agosto

O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi) avançou 0,99% em agosto. O resultado ficou 0,90 ponto percentual (p.p) abaixo da taxa de julho, quando registrou 1,89% e é a menor variação desde agosto de 2020. No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa atingiu 22,74%, pouco acima dos 22,60% anotados nos 12 meses imediatamente anteriores. O acumulado de janeiro a agosto ficou em 14,61%. Em agosto de 2020, o índice foi 0,88%. Os dados foram divulgados ontem (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o gerente do Sinapi, Augusto Oliveira, os indicadores acumulados continuam apresentando maiores valores e crescendo sucessivamente porque está ocorrendo a substituição de meses com menores índices de 2020. Oliveira acrescentou, no entanto, que o principal destaque em agosto é que esta é a menor taxa dos últimos 12 meses, chegando muito próxima a agosto de 2020. “A taxa de agosto foi muito impactada pela desaceleração nas altas da parcela dos materiais, sem destaque de nenhum produto”, explicou.

Custo nacional - O custo nacional da construção por metro quadrado passou para R$ 1.463,11, em agosto. Nesse valor, R$ 866,89 correspondem aos materiais e R$ 596,22 à mão de obra. Em julho havia ficado em R$ 1.448,78.

A parcela dos materiais apresentou variação de 1,62%, o que significa um recuo de 1,26 ponto percentual na comparação com o mês anterior, que teve alta de 2,88%. Em relação a agosto de 2020, de 1,60%, a taxa se manteve no mesmo patamar.

A parcela da mão de obra ficou com taxa de 0,08%, também apontando queda de 0,44 p.p. se comparado ao índice de julho (0,52%) e se manteve quase no mesmo patamar de agosto de 2020 (0,09%).

De acordo com Augusto Oliveira, alguns dissídios pesaram no resultado. “No caso da mão de obra, houve dissídios em Santa Catarina e no Ceará, estados que apresentaram as maiores taxas, 3,65% e 2,5% respectivamente. Os demais estados apresentaram variações próximas a 1%”, disse.

Os materiais alcançaram 22,03% no acumulado do ano e na mão de obra atingiu 5,33%.. Em 12 meses, os acumulados chegaram a 37,69% nos materiais e 6,03% na mão de obra.

Regiões - A maior variação regional em agosto, de 1,71%, foi a da Região Sul, por causa do impacto da alta observada na parcela dos materiais em todos os estados e o acordo coletivo em Santa Catarina. Nas outras regiões, no Norte subiu 0,90%, no Nordeste 1,03%, no Sudeste 0,68% e no Centro-Oeste, 1,23%.

Já nos custos regionais, por metro quadrado, o Norte registrou R$ 1.413,47; o Nordeste R$ 1.378,49; o Sudeste R$ 1.526,39; o Sul R$ 1.547,75 e o Centro-Oeste R$ 1.424,02.

Brasil tem novas regras para pagamento e transferência internacionais

O Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central (BC) alteraram a regulamentação cambial e de capitais internacionais para alinhá-las às inovações tecnológicas e aos novos modelos de negócios sobre pagamentos e transferências internacionais. “As novas regras buscam promover um ambiente mais competitivo, inclusivo e inovador para a prestação de serviços aos cidadãos e empresas que enviam ou recebem recursos do exterior”, informou o BC. As novas medidas permitirão que as instituições de pagamento (IPs), as fintechs, autorizadas a funcionar pelo BC, também possam operar no mercado de câmbio, atuando exclusivamente em meio eletrônico. Atualmente, somente bancos e corretoras podem fazer as operações. Essa permissão entrará em vigor em 1º de setembro de 2022 e as demais medidas em 1º de outubro deste ano.

De acordo com o BC, as instituições não bancárias autorizadas a operar no mercado de câmbio, como corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e corretoras de câmbio e instituições de pagamento, poderão utilizar diretamente suas contas em moeda estrangeira mantidas no exterior para liquidar operações realizadas no mercado de câmbio. Os exportadores brasileiros também poderão receber suas receitas em conta de pagamento mantida em seu nome em instituição financeira no exterior ou em conta no exterior de instituição não bancária autorizada a operar no mercado de câmbio.

As novas regulamentações também permitem que o recebimento ou entrega dos reais em operações de câmbio, sem limitação de valor, também possa ocorrer a partir de conta de pagamento do cliente mantida em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BC ou em IPs participantes do PIX.

Ainda será permitido que residentes, domiciliados ou com sede no exterior sejam titulares de contas de pagamento pré-paga em reais.

Serviços de transferência - Em nota, o BC explicou que também será consolidada e modernizada a regulamentação dos serviços de pagamento ou transferência internacional no mercado de câmbio, conferindo tratamento uniforme para as aquisições de bens e serviços realizadas com a participação de emissores de cartão de uso internacional, de empresas facilitadoras de pagamentos internacionais e de intermediários e representantes em aquisições de encomendas internacionais. Tais serviços passarão a ser referidos na regulamentação cambial pelo termo eFX.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

Afeganistão: talibãs autorizam saída de 200 estrangeiros

Cerca de 200 pessoas, de nacionalidade americana e de outros países deveriam sair ontem (9) do Afeganistão, em voos charter partidos do aeroporto de Cabul. Ainda não se sabe se os estrangeiros que estavam entre as centenas de pessoas concentradas há dias no aeroporto de Mazar-i-Sharif, com seis aviões na pista no aguardo de autorização para levantar voo.

A saída dos civis estrangeiros, que não conseguiram partir do Afeganistão durante a ponte aérea das últimas duas semanas de agosto - período durante o qual foram transportadas 124 mil pessoas -, foi anunciada por um representante do governo norte-americano.. A fonte, que pediu anonimato, disse que a partida foi autorizada pelos talibãs após pressão do representante especial dos Estados Unidos (EUA) Zalmay Khalilzad.

Foi a primeira vez que voos internacionais foram organizados a partir do aeroporto de Cabul, desde que os militares estrangeiros deixaram o Afeganistão no final de agosto, na sequência da tomada da capital pelos radicais islâmicos.

O anúncio foi feito dois dias após a apresentação do governo interino, que não correspondeu às expectativas da comunidade internacional.

O governo interino afegão é composto principalmente por homens da etnia pashtun, incluindo suspeitos de terrorismo e radicais islâmicos. A composição do governo foi interpretada pelos governantes ocidentais como mais um sinal de que os talibãs não pretendem adotar uma atitude moderada, como prometeram antes da saída dos militares estrangeiros.

O anúncio da composição do novo governo afegão mereceu declarações de desapontamento da União Europeia e a porta-voz da Casa Branca, Jen Psaki afirmou que os talibãs não são membros respeitados da comunidade internacional.

O ministro afegão da Administração Interna é procurado, por atividade terrorista, pelos Estados Unidos, que oferecem recompensa de US$ 10 milhões por Sirajuddin Haqqani.

(Foto: EBC)

Foi a primeira vez que voos internacionais foram organizados a partir do aeroporto de Cabul, desde que os militares estrangeiros deixaram o Afeganistão no final de agosto.

Brics: Brasil defende modernização da OMC e de regras de subsídios

(Foto: EBC)

Evento online ocorre a partir da Índia, que preside o bloco em 2021.

O presidente Jair Bolsonaro defendeu hoje (9) uma “reforçada cooperação” dos países do Brics em prol da modernização da OMC. “Para responder aos desafios do século XXI, precisamos de sistema multilateral de comércio aberto, transparente, não discriminatório e baseado em regras mutuamente acordadas e estabelecidas”, disse, durante a 13ª Cúpula do bloco que reúne pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

De 30 de novembro a 3 de dezembro, em Genebra, na Suíça, está prevista a realização da 12ª Conferência Ministerial da OMC, quando deve ser discutido seu processo de reforma. Para Bolsonaro, é o momento de estabelecer melhores regras sobre subsídios industriais e agrícolas. Em fevereiro deste ano, por exemplo, o Brasil encerrou uma disputa, iniciada em 2017, com o Canadá em razão de subsídios de US$ 3 bilhões concedidos pelo país norte-americano à empresa aeronáutica Bombardier. Para o governo, houve distorção nas condições de concorrência no mercado de aviação comercial, que causaram prejuízos à empresa brasileira Embraer, que também fabrica aeronaves de médio alcance.

“Ressalto que melhorar as regras sobre subsídios - tanto industriais quanto agrícolas - é fundamental para corrigir distorções e evitar uma ‘competição predatória’”, disse.

Japão prorroga emergência da covid-19 em Tóquio e outras áreas

O Japão prorrogou as restrições de emergência da covid-19 em Tóquio e em outras regiões até o final deste mês para conter as infecções e evitar que os hospitais fiquem sobrecarregados.

Ao anunciar a prorrogação, ratificada mais cedo por uma comissão de aconselhamento, o primeiro-ministro Yoshihide Suga disse que ela é necessária para escorar um sistema médico ainda pressionado por casos graves, embora as infecções novas estejam diminuindo e as vacinações aumentando.

“A inoculação de todos aqueles que desejam ser vacinados será finalizada em outubro ou novembro”, disse Suga a repórteres. “E a partir de então, poderemos amenizar as restrições usando provas de vacinação ou resultados de exames.”

O Japão sofre com uma quinta onda do vírus, e no mês passado prorrogou suas restrições já duradouras até 12 de setembro para cobrir cerca de 80% de sua população.

O número de casos graves e a pressão sobre o sistema médico não diminuíram o suficiente em Tóquio e em áreas vizinhas para permitir que as restrições sejam suspensas. Agora as medidas vigorarão até 30 de setembro e incluirão Osaka, no oeste do país.

As restrições de emergência japonesas se concentram em pedir aos restaurantes que fechem cedo e evitem servir álcool. Os moradores estão sendo incentivados a trabalharem em casa tanto quanto possível e a não viajarem.

Alguns sinais de melhoria no país levarão dois de 21 municípios a substituir as medidas do estado de emergência por restrições mais direcionadas, e vários outros municípios descartarão todas as restrições.

“Acredito que estamos começando a ver resultados, mas ainda é cedo demais para abaixarmos a guarda”, disse o ministro da Saúde, Norihisa Tamura. O jornal Nikkei noticiou que o governo está inclinado a suavizar as restrições de entradas internacionais reduzindo os tempos de quarentena de viajantes vacinados. A medida foi pedida pelo Keidanren, o principal lobby comercial japonês, e por câmaras de comércio estrangeiras.

(Foto: EBC)

Japão sofre com uma quinta onda da doença.

Para Brics, estabilidade de próprias economias será crucial na recuperação global

Os líderes dos países-membros do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) enfatizaram, em comunicado, a importância da estabilidade de suas economias para alcançar a recuperação e a estabilidade global, depois da crise causada pela covid-19. A nota foi divulgada após reunião virtual dos líderes, realizada ontem, 9.

Dados os esforços para fortalecer a cooperação entre os países para um crescimento econômico “forte, sustentável, equilibrado e inclusivo”, foi incentivada a troca de experiências políticas entre os membros.

Os líderes reforçaram a importância de implementar a estratégia de Parceria Econômica do Brics 2025, que tem como objetivo promover uma “cooperação econômica pragmática e estabelecer uma parceria econômica mais estreita”, segundo o grupo.

O Brics também enfatizou a necessidade dos esforços conjuntos para facilitar um ambiente propício para aumentar o comércio, especialmente o de maior valor agregado, entre os países-membros.

Foi reconhecida, ainda, a importância de fortalecer o mecanismo de Arranjo Contingente de Reservas, que visa dar apoio macroeconômico para os membros em eventuais cenários de crise.

O grupo reafirmou seu compromisso em dar continuidade aos esforços para apoiar países no combate à pandemia, através de financiamentos, doações, produções locais e exportações facilitadas de vacinas.

Britânico é condenado por ofensas racistas contra jogadores

Um britânico foi condenado a pagar indenizações e cumprir um toque de recolher nos finais de semana após admitir ter cometido ofensas racistas contra jogadores da seleção da Inglaterra na noite da final da Eurocopa, em 11 de julho.

Os jogadores Marcus Rashford, Jadon Sancho e Bukayo Saka, que são negros, foram bombardeados com ofensas virtuais após errarem cobranças de pênaltis na decisão do confronto com a Itália depois que o jogo disputado em Wembley terminou em empate.

O Serviço de Acusação da Coroa (CPS) disse que Scott McCluskey, morador de 43 anos de Runcorn, no noroeste inglês, publicou comentários racistas e insultantes sobre os três jogadores em sua conta de Facebook.

McCluskey disse que estava fumando maconha e que apagou os comentários depois que outros usuários do Facebook os repudiaram. O racismo e a violência de torcedores na final em Wembley macularam seriamente um torneio de resto bem-sucedido para a jovem seleção inglesa.

O réu foi condenado a 14 semanas de prisão, suspensas durante 18 meses para supervisionar seu comportamento. Ele precisa cumprir 30 dias de reabilitação e será submetido a um toque de recolher com monitoramento eletrônico durante a maior parte dos finais de semana durante 40 semanas.

Ele também terá que pagar 100 libras esterlinas de indenização, custos e sobretaxa de vítimas a cada um dos ofendidos.

OMS pede que 3ª dose de vacina seja aplicada só em grupos de risco

A Organização Mundial da Saúde (OMS) apelou aos países com taxas elevadas de vacinação contra a covid-19 que não avancem com uma terceira dose até o fim do ano.

O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, explicou que o objetivo é reduzir a desigualdade mundial na distribuição de imunizantes.

Em entrevista coletiva na sede da instituição em Genebra, Tedros Adhanom lembrou que não há, a essa altura, evidência de uma terceira dose, com exceção dos grupos de maior risco.

O objetivo global da OMS é que cada país vacine pelo menos 10% de sua população até o fim deste mês, 40% até o fim do ano e que 70% da população mundial estejam imunizados até meados do próximo ano. Nessa quarta-feira (8), a Irlanda anunciou que vai avançar com a terceira dose da vacina contra a covid-19 para os idosos.

Pandemia reforçou que multilateralismo é essencial para resiliência, diz Brics

Para os países-membros do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a pandemia reforçou que o multilateralismo é essencial para a resiliência contra desafios atuais e futuros. Em comunicado, após reunião virtual de líderes, o grupo se comprometeu a fortalecer e reformar o sistema multilateral.

A governança global deve ser mais “ágil, efetiva, transparente, representativa e democrática”, dizem em nota.

O Brics também reiterou que é essencial que membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) evitem medidas unilaterais e protecionistas e reconheçam o interesse de todos - cientes de que os países em desenvolvimento são a maioria na OMC. Através do comunicado, os países reafirmaram seu compromisso com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e pontuaram preocupação com a interrupção dos esforços por conta da pandemia.

Em relação à crise no Afeganistão, os países-membros disseram estar acompanhando, preocupados, o desenrolar dos eventos. “Reforçamos a prioridade na luta contra o terrorismo, incluindo a prevenção de ataques por organizações terroristas para usar o território afegão como um santuário terrorista e liderar ataques a outros países, assim como o tráfico de drogas pelo Afeganistão”, disseram em comunicado.

O Brics enfatizou a necessidade de abordar a situação humanitária e defender os direitos humanos, incluindo os das mulheres, crianças e minorias.

EUA: funcionários públicos federais terão 75 dias para se vacinar

Secretária de imprensa da Casa Branca, Jen Psaki afirmou, durante coletiva de imprensa, que funcionários públicos federais dos Estados Unidos terão 75 dias para se vacinar contra a covid-19, a partir do momento da assinatura pelo presidente americano Joe Biden de ordem executiva que requererá a imunização desses trabalhadores, algo previsto para acontecer ontem. Questionada, Psaki foi enfática ao afirmar que os vínculos empregatícios de funcionários que desobedecerem a regra poderão ser “terminados”, com exceções a trabalhadores de grupos religiosos específicos e pessoas com condições de saúde que as impedem de tomar as vacinas. Segundo Psaki, a ameaça da variante delta do coronavírus à crise sanitária nos EUA e os 80 milhões de americanos que se recusam a se imunizar contra a doença foram as razões que levaram a Casa Branca a decidir por emitir uma nova ordem executiva sobre o tema.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

Supremo julga inconstitucional lei de Uberaba sobre rádios comunitárias

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de lei do Município de Uberaba (MG) que dispõe sobre o funcionamento das rádios comunitárias locais. A decisão se deu, na sessão virtual finalizada em 27/8, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 335, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a Lei municipal Lei 9.418/2004.

Em seu voto, o relator, ministro Luís Roberto Barroso, explicou que a norma local, ao instituir direitos e obrigações das rádios comunitárias, autorizar seu funcionamento e sua exploração e estabelecer infrações, sanções e taxa de funcionamento, violou a competência privativa da União para legislar sobre radiodifusão e explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, o serviço público de radiodifusão sonora. Segundo o relator, a norma municipal não está de acordo com a Lei federal 9.612/1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

A seu ver, ainda que se possam reconhecer boas intenções do legislador municipal em regular a matéria, não é possível validar a lei local, uma vez que ela viola o esquema de repartição de competências estabelecido na Constituição Federal.

Supremo apresenta pesquisa sobre aumento de decisões do Plenário Virtual em evento do CNJ

Cerca de 95% das decisões colegiadas do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2020 foram proferidas de forma virtual. São 17,4 mil decisões em sessões virtuais - quase 20% superior a 2019. Os dados preliminares fazem parte da pesquisa empírica sobre os julgamentos virtuais realizados pelo STF durante o primeiro ano da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

O estudo será apresentado na próxima quinta-feira (9), às 17h, durante os "Seminários de Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias", evento organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e transmitido pelo canal do órgão do Youtube.

O levantamento do STF teve o objetivo de analisar como o mecanismo de decisões chamado do Plenário Virtual foi utilizado pela Suprema Corte durante a pandemia. De natureza descritiva, ela compara o uso em período anterior e como passou a utilizar o Plenário com o distanciamento social, buscando entender o impacto na dinâmica da tomada de decisões do STF.

No ano passado, o Plenário Virtual do STF também foi empregado para a análise da existência de repercussão geral em 52 processos-paradigma, número maior do que 2017, 2018 e 2019. Em 2020, o Supremo publicou a Emenda Regimental 53, que permitiu que todos os processos pudessem ser julgados em ambiente eletrônico, contribuindo com a manutenção do trabalho ao mesmo tempo em que preveniu o risco de contágio pela Covid-19.

Garantia à liberdade de expressão deve primar pela proteção da sociedade

Os direitos constitucionais de proteção e garantia à liberdade de imprensa e de informação se referem primordialmente à preservação do público e da sociedade, sob risco de cumplicidade, com tentativas de falsificação da realidade, estímulo à criminalidade e desrespeito à ordem constitucional. Essa foi a visão expressa pelos participantes do webinário "Imprensa, democracia e Poder Judiciário", realizado quinta-feira (26/8), pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O encontro contou com a participação da conselheira do CNJ Flávia Pessoa, do procurador-geral da República, Augusto Aras, e dos desembargadores Amauri Moura Sobrinho, do Tribunal de Justiça do Rio Grande de Norte (TJRS), e Ney Bello, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), além do jornalista William Waack. O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, e a presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministra Maria Cristina Peduzzi também participaram do evento.

O conselheiro e presidente da Comissão Executiva Nacional do Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa, Emmanoel Pereira, afirmou que o exercício da liberdade de expressão passa pela consciência dos mecanismos dos limites que acondicionam.

A liberdade de expressão com responsabilidade, o inquérito das fake news e a atuação da Operação Lava Jato com repercussão na reputação das instituições foram abordados no painel "A evolução da liberdade de imprensa com democracia".

Maioria dos tribunais conta com equipe exclusiva para jurisprudência

O desenvolvimento de serviços de jurisprudência, com servidores e servidoras dedicados exclusivamente ao tema, já ocorre em 75% do tribunais, que contam com equipes de até quatro pessoas. Nos tribunais superiores - STF, STJ e TST - que são referências nesses serviços, as equipes são composta por até 20 pessoas.

Essas informações constam em Relatório de Resultados do Diagnóstico dos Serviços de Jurisprudência no Poder Judiciário, apresentado na quinta-feira (26/8) durante o webinar Jurisprudência: Diagnóstico e Boas Práticas, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O documento foi produzido e apresentado pelo Grupo de Diagnóstico que integra o comitê de apoio para elaboração de estudos e pareceres técnicos sobre a sistematização do serviço de jurisprudência no Poder Judiciário. Ele traça um diagnóstico da estrutura organizacional dos tribunais, do acesso a informações jurisprudenciais, pesquisa de jurisprudência e outros serviços relacionados.

O estudo aponta a necessidade de uniformizar, em âmbito nacional, a pesquisa de jurisprudência, a capacitação de profissionais com atividade nessa área e o compartilhamento de conhecimento e as soluções tecnológicas, além da melhoria da interoperabilidade entre Processo Judicial Eletrônico (PJe) e sistema de jurisprudência e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Coordenado pela juíza auxiliar da Presidência do CNJ Ana Lúcia Aguiar, o comitê vai propor inovações para melhorar a divulgação e a recuperação das informações dos julgados, principalmente os precedentes judiciais.

Corte IDH: CNJ vai apoiar que Justiça do Rio cumpra decisão sobre Instituto Penal

(Foto: TJRJ)

Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, na capital do estado.

Atendendo à decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) que reconheceu situação degradante em alguns presídios brasileiros, a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) solicitou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) preste o apoio necessário ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) para que cumpra as determinações referentes ao Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, na capital do estado. O STJ determinou ainda que o juízo das execuções criminais providencie a elaboração de prova técnica destinada a avaliar a possibilidade de redução da pena de um condenado por homicídio e roubo que cumpriu parte dela no Instituto.

Em junho, a 5ª Turma concedeu habeas corpus para que fosse contado em dobro todo o período em que um outro homem esteve preso no instituto penal.

A decisão estava já amparada em resolução de 2018 onde a Corte IDH proibiu o ingresso de novos presos no Instituto Plácido de Sá e determinou o cômputo em dobro de cada dia de privação de liberdade cumprido no local, salvo nos casos de crime contra a vida ou a integridade física e de crimes sexuais, em que a diminuição da pena - em 50% ou menos - depende da avaliação em perícia criminológica.

No processo avaliado pela 6ª Turma, o réu foi condenado à pena de 87 anos e seis meses de reclusão pela prática de vários delitos de homicídio qualificado e de roubo circunstanciado. Ele ficou preso no Instituto entre 2013 e 2019.

E a Defensoria Pública do Rio solicitou a contagem em dobro do tempo em que ele esteve custodiado na unidade prisional, mas o juízo das execuções indeferiu o pedido porque não havia sido realizado o exame criminológico.

Ao julgar recurso contra a decisão, o TJRJ determinou a realização do exame criminológico, mas só após o fim da pandemia da Covid-19 e quando fosse completado o quadro dos profissionais exigidos para a elaboração da perícia. O relator do habeas corpus, ministro Sebastião Reis Júnior, afirmou que o Brasil ampliou o rol de direitos e o espaço de diálogo internacional ao se submeter à jurisdição da Corte IDH.

Ele ressaltou que as sentenças emitidas pela Corte Interamericana possuem eficácia vinculante em relação aos países que sejam parte do processo, não havendo meios de impugnação que possam revisar a decisão proferida. Mas Sebastião Reis Júnior considerou não ser possível ignorar que o réu praticou crimes contra a vida e a integridade física - o que requer um tratamento distinto e exige, de fato, a realização de exame criminológico capaz de indicar, inclusive, o grau de agressividade da pessoa sentenciada.

Em seu voto, o relator reforçou que, segundo a própria resolução da corte, a perícia criminológica deve ser feita por uma equipe de, no mínimo, três profissionais. Ele apontou que a Justiça do Rio pode fazer parcerias com outros órgãos para a elaboração da prova técnica e, em último caso, recorrer ao Sistema Único de Saúde.

Ministra Cármen Lúcia mantém quebra de sigilo de assessora especial da Presidência da República

(Foto: EBC)

Thaís Amaral Moura é apontada pela CPI da Pandemia como autora de requerimentos apresentados por senadores governistas.

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve a quebra de sigilo fiscal da advogada Thaís Amaral Moura, assessora especial da Secretaria de Assuntos Parlamentares da Presidência da República. Relatora do Mandado de Segurança (MS) 38184, a ministra indeferiu liminar requerida pela defesa.

A quebra do sigilo foi aprovada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, do Senado Federal, após informações de que ela teria sido a responsável por redigir requerimentos apresentados por senadores governistas para convocação de médicos favoráveis ao uso de medicamentos ineficazes contra a Covid-19, como Nise Yamaguchi, e de prefeitos aliados ao presidente Jair Bolsonaro, como o de Chapecó (SC), Jair Rodrigues. A comissão também investiga se Thaís atua no chamado "gabinete do ódio", responsável pela disseminação de notícias falsas sobre o tratamento da doença e contra medidas de isolamento.

Evidências - Em sua decisão, a ministra Cármen Lúcia cita informações prestadas pela CPI de que há fortes evidências de que Thaís Moura teria tido papel relevante em favor da adoção do chamado "kit-Covid" e contra medidas restritivas adotadas por governadores e prefeitos para conter a disseminação do coronavírus. A relatora também rejeitou o argumento de que a quebra de sigilo violaria a prerrogativa profissional da impetrante, que é advogada.

Quanto ao fato de a quebra do sigilo abranger período pré-pandêmico, a ministra considerou que a CPI apresentou motivação idônea, anotando a necessidade de uma análise comparativa de suas movimentações.

STF invalida lei que incluiu pagamento de pessoal inativo nas despesas do ensino em Goiás

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de lei do Estado de Goiás que incluiu o pagamento de pessoal inativo nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. O fundamento foi a invasão da competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

A questão foi tratada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6049, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a Lei Complementar estadual 147/2018. Segundo a PGR, a norma - que altera o artigo 99 da Lei Complementar estadual 26/1998 - tem vício de inconstitucionalidade formal, pois os estados e o Distrito Federal não podem invadir o campo de atuação das normas gerais sobre despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Competência da União - O relator da ADI, ministro Ricardo Lewandowski, votou pela confirmação da liminar deferida por ele em janeiro de 2019, quando suspendeu a eficácia da lei. Segundo ele, a lei estadual invadiu a competência privativa da União (artigo 22, inciso XXIV, da Constituição Federal) para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

No voto, Lewandowski observou que a União exerceu essa competência por meio dos artigos 70 e 71 da LDB (Lei 9.394/1996), que estabelecem quais despesas seriam consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, além das voltadas para os objetivos básicos das instituições educacionais, excluídas, expressamente, as que não estariam relacionadas com tal finalidade. No caso, a lei complementar estadual vai além do que dispõe a lei federal, incluindo o pagamento de pessoal inativo.

Normas que concedem porte de arma a procuradores de estado são questionadas no STF

O procurador-geral da República, Augusto Aras, ajuizou Ações Diretas de Inconstitucionalidade, no Supremo Tribunal Federal (STF), em que questiona leis de 10 estados que tratam da organização de suas Procuradorias-Gerais ou Advocacias-Gerais e instituem, entre as prerrogativas funcionais do procurador de estado, o direito ao porte de arma de fogo.

Segundo Aras, os dispositivos legais afrontam a competência da União para autorizar e fiscalizar o uso de material bélico e para legislar sobre a matéria (artigos 21, inciso VI, e 22, incisos I e XXI, da Constituição Federal).

Ele enfatiza também que, no exercício dessa competência legislativa, foi editado o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003), de caráter nacional, que previu os ritos de outorga de licença e relacionou os agentes públicos e privados detentores de porte de arma. "Tal norma não incluiu, nesse rol, a categoria de procuradores do estado", salienta Aras.

Nas ações, o procurador-geral cita diversos entendimentos do STF no sentido da inconstitucionalidade das normas estaduais semelhantes e alega que a concessão de porte de arma fora das hipóteses expressamente previstas na legislação federal configura ilícito tipificado nos artigos 12, 14 e 16 do Estatuto do Desarmamento. O estatuto teve sua constitucionalidade reconhecida pelo STF na ADI 3112, quando se assentou que o porte de arma de fogo é temática afeta à segurança nacional e, portanto, de competência privativa da União.

São questionadas leis seguintes estados: Mato Grosso (ADI 6972), Piauí (ADI 6973), Tocantins (ADI 6974), Sergipe (ADI 6975), Espírito Santo (ADI 6977), Ceará (ADI 6978), Maranhão (ADI 6979), Mato Grosso do Sul (ADI 6980), Rio Grande do Sul (ADI 6982) e Alagoas (ADI 6985).

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

LEIS & PROJETOS

Pacheco avalia devolver MP que endurece regras para remoção de conteúdo nas redes

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), avalia devolver a medida provisória assinada por Jair Bolsonaro que endureceu as regras para a remoção de conteúdos nas redes sociais. Senadores tem pressionado o chefe do Legislativo a nem sequer aceitar a MP como uma resposta às ameaças antidemocráticas feitas por Bolsonaro durante discursos nas manifestações de 7 de Setembro.

A publicação da norma, na véspera dos atos de terça-feira, foi avaliada como um aceno de Bolsonaro à sua militância digital, que tem sido alvo de remoção de conteúdos que propagam informações falsas. A postura do presidente nas manifestações, porém, levou Pacheco a cogitar a devolução.

Mais cedo, Pacheco divulgou um pronunciamento criticando o extremismo nas manifestações e cobrando respeito à Constituição. A declaração foi gravada em vídeo.

O presidente do Senado afirmou que, tanto para os brasileiros nas manifestações quanto para aqueles que não foram, há uma realidade: um País em crise.

"Essa solução não está no autoritarismo, não está nos arroubos antidemocráticos, não está em questionar a democracia. Essa solução está na maturidade política dos Poderes constituídos de se entenderem, de buscarem as convergências para aquilo que verdadeiramente interessa aos brasileiros", disse o senador. "Não é com excessos, não é com radicalismo, não é com extremismo, é com diálogo e com respeito à Constituição que nós vamos conseguir resolver os problemas. É isso que os brasileiros esperam de Brasília e dos Poderes constituídos."

(Foto: Senado)

O presidente do Senado afirmou que, tanto para os brasileiros nas manifestações quanto para aqueles que não foram, há uma realidade: um País em crise.

MP das redes sociais - A MP não proíbe a retirada de conteúdos das redes sociais, mas endurece as regras para que isso aconteça. Pelo texto, plataformas de redes sociais como Instagram, Twitter e Facebook serão obrigados a tornar públicos os critérios usados para definir quais conteúdos serão removidos. Para especialistas, a medida limita a capacidade de moderação e facilita a propagação de fake news.

Ao Estadão/Broadcast, o vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), defendeu que os senadores nem sequer analisem a medida. "Quando o presidente não governa como deveria governar, no rito que deveria ser, ele fica contornando o processo natural para governar através de medidas provisórias como essa, que foi escabrosa. Eu, pessoalmente, defendo a devolução", disse Veneziano.

CCJ aprova prorrogação de incentivo de ICMS para comércio e segmento agropecuário

(Foto: Câmara)

Paula Belmonte disse que proposta dá segurança jurídica, principalmente para o setor atacadista.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou proposta que prorroga por 15 anos, até 2032, os incentivos fiscais baseados no ICMS concedidos pelos estados e Distrito Federal para o comércio e o segmento de produtos agropecuários in natura. Pelo texto, os incentivos serão reduzidos de forma gradativa, à taxa de 20% ao ano, a partir do 12° ano de fruição do benefício. Os convênios que deram os benefícios serão adequados pelos estados para prever a prorrogação.

As medidas aprovadas estão previstas no Projeto de Lei Complementar (PLP) 5/21, do deputado Efraim Filho (DEM-PB). O texto aprovado foi o substitutivo acatado anteriormente na Comissão de Finanças e Tributação.

A relatora na CCJ foi a deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF). A análise dela ficou restrita aos aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa. "Nós não estamos inventando a roda. Essa isenção fiscal já existe e nós queremos prorrogar essa isenção por mais dez anos. Caso uma reforma tributária seja aprovada, nós vamos mudar todas as regras. Mas, enquanto ela não for aprovada, é fundamental que a gente dê essa segurança jurídica, principalmente para o setor atacadista", disse Paula Belmonte.

Mudanças - O substitutivo prevê a redução gradual dos incentivos e prorroga também os incentivos do segmento de produtos agropecuários in natura. O texto original trata apenas do comércio.

O projeto altera a Lei Complementar 160/17, que estabeleceu regras para a validação de incentivos fiscais vinculados ao ICMS dados de forma irregular pelos estados durante a guerra fiscal (principalmente nas décadas de 1980 e 1990).

A lei complementar estabeleceu prazos de vigência para os benefícios, que variaram de um a 15 anos, dependendo do ramo empresarial. No caso da atividade de comercial, foi de cinco anos, terminando em 2022.

O objetivo do projeto é igualar o comércio à indústria, que foi contemplada com o prazo máximo (15 anos).

Comissão aprova projeto que obriga escolas a realizar reuniões pedagógicas entre professores e pais

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2322/15, que obriga escolas a realizarem no mínimo duas reuniões pedagógicas por semestres entre professores dos alunos e os seus responsáveis legais, para avaliação dos resultados. A obrigação é incluída no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O parecer do relator, deputado Diego Garcia (Pode-PR), foi favorável ao projeto, apresentado pelo deputado Ricardo Izar (PP-SP), com emendas de redação. "O projeto beneficia sobremaneira a família, que tem direito de estar inserida na educação de seus filhos, e deve acompanhar a ação da escola", avaliou.

Pela proposta, os pais ou responsáveis legais também serão dispensados do trabalho, sem prejuízo do salário, por até oito horas por semestre para comparecer às reuniões de acompanhamento pedagógico dos filhos ou dependentes legais na escola, mediante declaração de comparecimento emitida por instituição de ensino vinculada ao Ministério da Educação. A garantia é incluída na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

(Foto: Câmara)

Diego Garcia: "O projeto beneficia sobremaneira a família".

O relator também elogiou a medida: "Com efeito, prever a participação dos pais ou responsáveis nas reuniões escolares sem a respectiva previsão de que a mesma não será um problema em seus respectivos empregos tornaria a proposta inviável", destacou.

Tramitação - Já aprovada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Bolsonaro veta criação de federação de partidos políticos

O presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou integralmente o Projeto de Lei do Senado (PLS) 477/2015, que permitiria aos partidos se unirem em uma federação para atuar como se fossem uma legenda única. O veto foi publicado quarta-feira (8) pelo Diário Oficial da União.

O projeto autorizaria o estabelecimento da federação partidária para atuação conjunta das legendas com abrangência nacional, o registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o programa político comum.

A Casa Civil se mostrou contrária à ideia. Em sua mensagem de veto, o presidente alega que a proposta aprovada pelo Congresso contraria o interesse público, já que inauguraria um novo formato de atuação partidária análogo à das coligações partidárias. O chefe do Executivo argumentou que em 2017 já foi aprovada uma mudança na Constituição vedando as coligações partidárias nas eleições proporcionais.

"A vedação às coligações partidárias nas eleições proporcionais, introduzida pela Emenda Constitucional 97, de 4 de outubro de 2017, combinada com as regras de desempenho partidário para o acesso aos recursos do fundo partidário e à propaganda gratuita no rádio e na televisão tiveram por objetivo o aprimoramento do sistema representativo, com a redução da fragmentação partidária e, por consequência, a diminuição da dificuldade do eleitor de se identificar com determinada agremiação. Assim, a possibilidade da federação partidária iria na contramão deste processo, o que contraria interesse público", argumenta.

Regras - O projeto vetado surgiu de comissão especial do Senado para discutir uma reforma política, que funcionou em 2015, sob a presidência do ex-senador Jorge Viana (AC). Ele foi aprovado no mesmo ano, com relatoria do ex-senador Romero Jucá (RR).

Câmara envia para o Senado MP que cria a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear

O Senado vai votar em breve a Medida Provisória (MP) 1.049/2021, que cria a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN). Aprovada na Câmara dos Deputados quinta-feira (2), a MP tem validade até o dia 26 de setembro.

Conforme a MP, a ANSN vai monitorar, regular e fiscalizar as atividades e instalações nucleares no Brasil, a partir do desmembramento da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen). O novo órgão será uma autarquia federal e assumirá essas e outras atribuições da comissão a partir de estrutura a ser definida pelo Poder Executivo. Segundo o governo, a divisão tem o objetivo de dar maior celeridade nos processos de licenciamento do setor e mais rigor na fiscalização. A Cnen terá mais foco na gestão de pesquisa e desenvolvimento nuclear.

Entre as atribuições da ANSN, estão estabelecer normas sobre segurança nuclear e proteção radiológica; controlar os estoques e as reservas de minérios nucleares; conceder autorizações para a transferência e o comércio de minerais radiativos; e licenças para usinas nucleares e reatores de pesquisa. Uma emenda da Câmara dos Deputados inseriu na MP a previsão de sabatina do Senado para a nomeação do diretor-presidente e dos dois integrantes da diretoria colegiada da ANSN. Segundo a emenda, os membros da diretoria exercerão mandatos de cinco anos não coincidentes, vedada a recondução.

Taxas - A MP reajusta os valores da Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização (TLC) cobrada hoje pela Cnen e que passará a ser aplicada pela ANSN. Os valores estavam congelados desde 1999 e serão reajustados em até 381%. Os novos valores valem a partir de 2022 e serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O valor para autorização de operação inicial de reator nuclear, por exemplo, passa de R$ 5,4 milhões para R$ 20,5 milhões. A exploração de Angra 3 já pode ser concedida à iniciativa privada por meio de autorização por 50 anos, conforme a Lei 14.120, de 2021.

PEC que inclui a proteção de dados pessoais na Constituição volta para o Senado

O Senado vai analisar novamente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 17/2019, que torna a proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, um direito fundamental e remete privativamente à União a função de legislar sobre o tema. Essa proposta, de autoria do senador Eduardo Gomes (MDB-TO), foi apresentada e aprovada no Senado em 2019. Em seguida, foi enviada à Câmara dos Deputados, que aprovou o texto, com mudanças, na última terça-feira (31). Por causa dessas alterações, a matéria volta agora para a análise dos senadores.

A PEC foi aprovada na Câmara na forma de um substitutivo (texto alternativo) do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que relatou o texto na comissão especial criada para analisar o tema. Segundo o texto aprovado, também caberá à União organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, nos termos da lei.

Uma das principais mudanças que seriam feitas pelo substitutivo, no entanto, foi retirada do texto, durante a votação, por um destaque apresentado pelo Novo. O trecho retirado previa a criação de um órgão regulador na forma de uma entidade independente, integrante da administração pública federal indireta e submetida a regime autárquico especial.

Comissão de Agricultura debate sanidade animal e exportações de carne no Rio Grande do Sul

A sanidade animal e as exportações de carne foram tema do debate promovido nesta quinta-feira (9) pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado (CRA). O debate, solicitado pelo senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), aconteceu durante a 44ª edição da Expointer, na cidade de Esteio (RS). Heinze lembrou que, neste ano, a Organização Mundial de Saúde Animal reconheceu como áreas livres de febre aftosa sem vacinação os estados de Paraná, Rio Grande do Sul, Acre e Rondônia, além de parte do Amazonas e do Mato Grosso. Antes, só Santa Catarina tinha essa certificação.

- Com isso, novos mercados foram abertos para a exportação da carne bovina brasileira. Cerca de 20% do rebanho brasileiro de bovinos, ou mais de 40 milhões de cabeças, estão enquadrados no novo status sanitário.

O senador afirmou que essa certificação permite a exportação para países que são mais exigentes em termos sanitários e que pagam pela carne de boi um valor que, segundo ele, pode ser até 30% superior aos preços praticados no mercado interno.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

Paraná tem 14 cidades que sofrem com racionamento de água

Vários municípios do Paraná sofrem com problemas de abastecimento de água por causa da pouca chuva no estado.

Na região metropolitana de Curitiba, 14 municípios, incluindo a capital, convivem com o rodízio há mais de um ano. São 36 horas com água e 36 sem.

A professora da Universidade da Federal do Paraná Joanez Aires reconhece que o racionamento prejudica as atividades diárias da casa, como lavar roupa e tomar banho, mas conta que pôde ver a situação da severidade da falta de chuva durante uma viagem de carro até São Paulo. Segundo Joanez, foi possível perceber ume excesso de queimadas ao longo do caminho.

O impacto não fica apenas no abastecimento de água. O setor agropecuário também tem tido graves prejuízos com a falta de chuva.

Segundo o presidente do Sindicato Rural Patronal de Cascavel, no oeste do Paraná, Paulo Orso, a seca afeta as culturas agrícolas. No ano passado, cerca de 25% da produção de soja foram perdidos. Em 2021, aproximadamente 70% da segunda safra de milho se perderam.

Outras cadeias produtivas do município, como leite e carne, também sofreram o impacto. Segundo Orso, o custo da estiagem acaba sendo muito alto. O munício teve prejuízo de mais de R$ 600 milhões.

Além da região metropolitana de Curitiba, outros municípios do estado também estão com rodízio no abastecimento. São eles Ibaiti, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Santo Antônio do Sudoeste e Pranchita.

Mais 13 municípios têm alerta de nível crítico. Entre eles estão Santo Antônio da Platina, Quatiguá, Siqueira Campos, Carlópolis, Jacarezinho e Goioerê.

No início de agosto, o governo do Paraná prorrogou por mais 90 dias a situação de emergência hídrica em todo o estado.

Centrais sindicais aderem a atos convocados por MBL e Vem Pra Rua

Após as ameaças do presidente Bolsonaro nas manifestações do 7 de setembro, centrais sindicais decidiram quarta-feira, 8, aderir ao protesto pró-impeachment marcado por grupos de centro-direita, como o Vem Pra Rua, o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Livres. Em São Paulo, o ato será realizado no domingo, às 14h, na Avenida da Paulista.

A Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) divulgaram nota conjunta classificando como "deplorável" a participação do presidente na manifestação de 7 de Setembro e seus ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF).

"É inquestionável que o objetivo do presidente e de seus apoiadores é dividir a Nação, empurrar o País para a insegurança, o caos e a anarquia, resultado da reiterada incitação ao rompimento da legalidade institucional, do descumprimento dos preceitos contidos na nossa Constituição democrática", afirma a nota.

O PDT de São Paulo também anunciou que participará da manifestação. "Com ataques diários à democracia, às instituições e à Constituição, Bolsonaro segue cometendo dúzias de crimes de responsabilidade", diz o texto assinado por Antonio Neto, presidente do PDT em São Paulo e presidente da central CSB.

O protesto de domingo está sendo organizado desde julho e deve ocorrer em São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Brasília. Os organizadores dos protestos avaliam que as falas do presidente serviram para estimular reações contrárias às ameaças de ruptura feitas por Bolsonaro, e dessa forma esperam mais adesões aos protestos de domingo.

A presença de grupos de esquerda vinha sendo uma das dúvidas com relação a esses atos. Até o momento, os partidos desse campo do espectro político não manifestaram apoio aos atos. Mas o discurso de radicalização proferido por Bolsonaro pode ter mudado esse quadro.

"As ações de ontem repercutiram e acabaram reverberando na população que não compactua com esse governo, uma aderência à manifestação do dia 12", disse a advogada Luciana Alberto, do Vem Pra Rua.

O deputado federal Kim Kataguiri (DEM-SP), do MBL, destaca que a fala do presidente fortalece a necessidade de impeachment. "O presidente foi explícito em suas intenções: não sair do poder exceto 'morto ou preso', e descumprir as determinações judiciais do STF. Isso é gravíssimo e soma mais razões ao pedido de impeachment", afirmou.

Após discurso de Fux, bolsonaristas voltam a protestar em Brasília

Mais de 24 horas após o fim da manifestação de 7 de Setembro na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, centenas de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro permanecem no local. Eles se concentram no canteiro central da via e também nas pistas em volta do prédio do Congresso. No meio da tarde, após o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, fazer um duro pronunciamento em resposta ao presidente, o grupo voltou a atacar a Corte e ameaçar os ministros. Uma barreira policial, porém, impede que os manifestantes cheguem próximos à sede do Judiciário.

O trânsito na Esplanada está fechado desde segunda-feira, 6, mas dezenas de caminhões e ônibus que furaram o bloqueio feito pela Polícia Militar na véspera dos atos permanecem ocupando as faixas. No início da tarde, a reportagem flagrou um homem tentando furar a barreira para chegar ao prédio do Supremo, mas ele foi contido pelos policiais.

Um carro de som foi posicionado no canteiro central. Apoiadores do presidente se revezam em discursos em português e inglês. "We trust Bolsonaro", disse uma mulher. Um dos manifestantes também bradava contra os ministros do Supremo Tribunal Federal. "Urubus, vocês não são supremos. Nós vamos derrubar vocês." O grupo deixou penduradas as faixas antidemocráticas vistas no ato de 7 de Setembro. Uma delas pede o fechamento do Congresso e a instauração de um regime militar, atos que violariam a Constituição. "Exigimos a imediata destituição de todos os ministros do STF e a criminalização do comunismo", diz uma delas.

Na terça-feira, 7, em discursos em Brasília e em São Paulo, Bolsonaro fez adotou tom golpista ao ameaçar o Supremo, disse que não cumprirá decisões do ministro Alexandre de Moraes, que chamou de "canalha", voltou a atacar as urnas eletrônicas e afirmou que só deixará a Presidência morto. "Ou o chefe desse Poder (Judiciário) enquadra o seu (ministro) ou esse Poder vai sofrer aquilo que não queremos", disse.

Governo Doria volta a defender uso da Coronavac no esquema da 3ª dose para idosos

O governo João Doria (PSDB) convocou quarta-feira, 8, cientistas e integrantes da gestão para defender o uso da Coronavac na terceira dose contra a covid-19 em idosos. Segundo o Estado, a medida permitiria reservar outros imunizantes para acelerar a vacinação completa de adultos, com a segunda dose, e avançar no atendimento a jovens e crianças.

(Foto: Gov. SP)

A decisão de priorizar a Coronavac no reforço para idosos tem encontrado resistência de parte do público e sido alvo de críticas de especialistas. O principal argumento é que essa vacina gera menos proteção no grupo, embora siga recomendada para as demais faixas etárias.

O governador João Doria, no entanto, voltou a defender o uso do imunizante em evento para anunciar medidas de combate à pandemia "O governo de São Paulo reforça a eficácia da Coronavac como dose de reforço. É um esclarecimento importante diante de notícias díspares", afirmou. "Não quero, com isso, fazer nenhuma acusação a cientista, médico ou especialista, mas é preciso repor de maneira clara a informação."

O Estado começou a aplicar a terceira dose para pessoas com 90 anos ou mais na segunda-feira, 6. Até o momento, a Coronavac corresponde a 99% dos cerca de 16 mil reforços aplicados, de acordo com a Secretaria Estadual da Saúde.

A estratégia paulista acontece em desacordo à recomendação do Ministério da Saúde. Para idosos, o governo federal indica prioritariamente o imunizante da Pfizer e, quando disponível, da AstraZeneca e Janssen.

"Todas as vacinas dadas na segunda e terceira dose incrementam a chamada memória imunológica", afirmou o secretário Estadual da Saúde, Jean Gorinchteyn, em apoio à Coronavac."É isso que precisamos fazer, especialmente com idosos e imunodeprimidos, que tendem a diminuir o número de anticorpos ao longo de seis a oito meses." Para os cientistas destacados pela gestão Doria, não haveria evidência científica suficiente para associar a Coronavac, em si, com a perda de proteção contra a covid ao passar do tempo. Segundo argumentam, esse comportamento também seria observado em grupos mais vulneráveis para os demais tipos de vacina. Diretora clínica do Hospital das Clínicas e integrante do Comitê Científico do governo, a médica Eloisa Bonfá disse que a terceira dose seria "muito bem vinda" e "representa um cuidado extra". "Vale a pena fazer com a vacina disponível, que já se mostrou efetiva. É um time que está ganhando", afirmou. "A falta de evidência não pode ser usada como evidência a favor ou contra "

São Paulo pode ter 4ª dose contra covid-19 em grupo de transplantados

O governo de São Paulo estuda aplicar a quarta ou até a quinta dose de vacina contra covid-19 em pessoas transplantadas, grupo que responde menos à proteção dos imunizantes e é mais suscetível a desenvolver quadros graves da doença. A informação foi confirmada por integrantes do Comitê Científico nesta quarta-feira, 8, em anúncio sobre medidas contra a pandemia.

A medida sob análise tem como base um estudo desenvolvido com 12 mil pacientes que já passaram por transplante. Como resultados anteriores já apontaram menor proteção nessas pessoas, mesmo com o esquema vacinal completo, o grupo tomou a terceira dose de Coronavac antes mesmo de começar o reforço para idosos.

Integrante do Comitê, o médico José Medina afirmou que cerca de 21% dos participantes do estudo teriam contraído o coronavírus em algum momento da crise sanitária. "A cada quatro pacientes transplantados que adquirem covid, um morre. Isso é dez vezes maior comparado à população geral", disse. "É o grupo de pessoas que tiveram o resultado mais catastrófico da pandemia."

Segundo Medina, o estudo teria constatado, ainda, que a resposta contra a doença no grupo foi menor em comparação com trabalhadores de saúde, populações imunizadas na mesma época. "Nos funcionários, a soroconversão -- ou seja, a formação de anticorpos com a primeira dose -- foi de 79%. Nos transplantados, só 15%."

Já na segunda dose, a resposta teria sido de 98% para a população geral e de apenas 45% entre os transplantados. Com o reforço, subiu para 53%. "Por isso, agora a nossa proposta é fazer reforço com a quarta dose, talvez até com uma quinta dose, para aquelas pessoas que não tiveram resposta adequada", disse Medina. Ainda segundo o médico do Comitê, o estudo pretende fazer a comparação do resultado da Coronavac com outros tipos de imunizantes.

Morre Dudu Braga, filho do cantor Roberto Carlos, aos 52 anos

O produtor musical Roberto Carlos Segundo, conhecido como Dudu Braga, filho do cantor Roberto Carlos, morreu quarta-feira, 8, aos 52 anos. Ele estava internado no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, onde tratava de um câncer no peritônio, membrana que envolve a parede abdominal.

Dudu descobriu o câncer em setembro do ano passado e, nos últimos dias, o produtor estava em coma. Foi o terceiro diagnóstico de câncer pelo qual ele passou, depois de vencer duas batalhas no pâncreas, em 2019.

Filho do primeiro casamento de Roberto Carlos com Nice Rossi, Dudu nasceu com glaucoma congênito, em 1968. Como não havia tratamento no Brasil na época, o cantor levou o filho para a Holanda. Lá, ele passou por sete cirurgias quando estava com apenas 15 dias de vida.

"Quem quiser depois ouvir aquela música do meu pai, As Flores do Jardim da Nossa Casa, na verdade, eram as flores do hospital em que estava sendo operado com 15 dias. Essa música já mostra a dor de um pai em relação ao problema do filho. Ele compôs na Holanda. Se com uma gripe dos nossos filhos a gente já fica desesperado, imagina você ter um filho com algum tipo de deficiência, né? Ninguém está preparado para isso, por mais que a gente fale. Nenhum pai e nenhuma mãe estão preparados para ter um filho com deficiência. A gente vai aprendendo a ser pai, a ser mãe, com o crescimento dos nossos filhos e a gente sempre espera o melhor. Fui criado em um lar de muito afeto. Essa relação com meu pai sempre foi de amizade, de muito amor", declarou ele ao Estadão, no ano passado.

O músico conseguiu enxergar até os 23 anos de idade, quando teve um descolamento de retina enquanto dirigia voltando da praia. Ele passou por diversas cirurgias no Texas, nos Estados Unidos, mas não conseguiu recuperar a visão: "A adaptação foi meio complicada. Inclusive, existem questões emocionais que são difíceis. Surfei por muito tempo e durante 10 anos não pude mais Eu estava com 23 anos e era uma coisa que eu amava. E sinto falta de dirigir, que é uma questão que te dá liberdade".

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 138/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 31.834/2021
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DOS FECHAMENTOS DAS QUADRAS E IMPLANTAÇÃODE BENFEITORIAS PARA O COMPLEXO ESPORTIVO DO JARDIM IPANEMA - RUA JOSÉ ALBERTO CAMPANINI, S/N, JARDIM IPANEMA, LIMEIRA/SP.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 29/09/2021 às 09:30 horas

LICITAÇÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 172/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 23.385/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2021
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PARA OS MERENDEIROS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 29/09/2021 às 09:30 horas

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 173/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 23.385/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 158/2021
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA VEICULAR ELETRO-HIDRAULICA PARA DESCARGA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, INCLUINDO INSTALAÇÃO.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 30/09/2021 às 09:30 horas

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 174/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 35.748/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2021
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E JOGOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LIMEIRA.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 30/09/2021 às 09:30 horas
O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 - Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,30 (trinta centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 464 de 30 de dezembro de 2020.

Limeira, 09 de setembro de 2021
Departamento de Gestão de Suprimentos

O Município de Limeira, comunica aos interessados do Pregão Eletrônico nº 107/2021 para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE USO CIRÚRGICO (CASTRAÇÃO) E CUIDADOS VETERINÁRIOS PARA OS ANIMAIS DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL, que fica agendado o dia 16/09/2021 às 10:00 horas para RETOMADA da sessão pública.

Limeira, 09 de setembro de 2021
Departamento de Gestão de Suprimentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2021 - PROCESSO Nº 1.241/2021
EDITAL DE JULGAMENTO

A COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO nomeada através da Portaria GP Nº 009/2021, TORNA PÚBLICO, a todos os interessados, a CLASSIFICAÇÃO da proposta apresentada pela única empresa participante e habilitada na licitação supra, destinada à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA URBANA PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL, COM O FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DA PLACA DE OBRA, EM RUAS DO BAIRRO PARAÍSO, NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA/SP", conforme segue:
TELETUSA TELEFONIA E CONSTRUÇÕES LTDA, proposta: R$ 353.796,83 (trezentos e cinqüenta ***e três mil e setecentos e noventa e seis reais e oitenta e três centavos), 0,6303% de desconto do valor estimado pela Prefeitura;***

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, Araçatuba, 09 de setembro de 2021.
ANA CAROLINA DOS REIS - Divisão de Licitação e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO PRESENCIAL:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2021 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2021
PROCESSO Nº 1.314/2021

OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE CARNES E FRIOS.
Os envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "HABILITAÇÃO" serão recebidos até às 09h00min do dia 24 de setembro de 2021, na sala de licitações - Paço Municipal, sito à Rua Coelho Neto, 73 – Araçatuba – SP.
Caso o(s) item(s) referentes à "COTA RESERVADA", tornem-se FRACASSADO ou DESERTO, e a Licitação seja repetida para o MERCADO GERAL, poderão participar todas as empresas que satisfaçam todas as exigências do Edital e da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal Nº 10.520/2002.
O Edital será disponibilizado gratuitamente através do site: www.aracatuba.sp.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, Araçatuba, 09 de setembro de 2021.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/21 – REABERTURA - Objeto: Registro de preços para aquisição de fitas com área reagente para verificação de glicemia e lancetas para atender demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital do tipo **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM. CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro de Propostas Iniciais: **09:00 horas do dia 10/09/21 até às 09:00 horas do dia 22/09/21.** Abertura de Propostas Iniciais**: 22/09/21 às 09:05 horas.** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.bbmnetlicitacoes.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregão@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8326 ou diretamente na Diretoria de Administração desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

ALYNNE SILVA SOUSA
Diretora de Gestão em Saúde

Holding do Araguaia S.A.

CNPJ/ME 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099
Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 10/08/2021

Data, Horário e Local: Em 10/08/2021, às 9h, na sede social da **Holding do Araguaia S.A.** ("Companhia"), na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-005. **Convocação e Presença:** Dispensada, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A"), em função da presença da totalidade dos acionistas, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença. **Mesa:** Presidente: Marcelo Lucon e Secretário: Marcello Guidotti. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** o aumento do capital social e da Companhia, com a consequente alteração do Estatuto Social da Companhia; e **(ii)** autorizar a diretoria a tomar todas e quaisquer providências para formalizar as deliberações acima. **Deliberações:** Após a leitura, análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, aprovaram: **(i)** o aumento do capital social da Companhia, no montante de R$ 524.992.074,00 mediante a emissão de 524.992.074 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralizadas nesta data em moeda corrente nacional, conforme boletins de subscrição constantes do Anexo I a presente ata. Desta forma, o capital social da Companhia passa dos atuais R$ 7.926,38, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, correspondente a 7.926 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal **para** R$ 525.000.000,38, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, correspondente a 525.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Consequentemente, os acionistas decidem por alterar a redação do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 4º.** O capital social subscrito é de R$ 525.000.000,38, representado por 525.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§1º.** O capital social integralizado é nesta data de R$ 525.000.000,38. **§2º.** A Companhia poderá emitir debêntures, inclusive conversíveis em ações, e ações, subordinadas às normas legais e regulamentares vigentes". **(ii)** os acionistas autorizaram os diretores da Companhia a tomar todas e quaisquer providências para formalizar as deliberações acima, bem como a publicar a presente ata na forma de extrato conforme §3º do artigo 130 da Lei das S.A.. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos acionistas. O Presidente determinou que fosse lavrada a presente ata na forma sumária. São Paulo, 10/08/2021. **Acionistas**: Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (representada por Marcello Guidotti e Marcelo Lucon) e GLP X Participações S.A. (representada por Mauro Oliveira Dias e Danillo de Matos Marcondes). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Mesa: Marcelo Lucon - Presidente, Marcello Guidotti - Secretário. JUCESP nº 433.600/21-4 em 02/09/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acham-se abertos na Prefeitura do Município de Bragança Paulista os seguintes certames licitatórios: PREGÃO PRESENCIAL N° 214/2021 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - DATA DE ABERTURA: 24.09.2021 AS 14:30 HORAS. PREGÃO PRESENCIAL N° 215/2021 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO PARA QUADRAS DE FUTEBOL SOCIETY, FUTSAL E CAMPOS DE FUTEBOL, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER - DATA DA ABERTURA: 27.09.2021 AS 14:30 HORAS. Os editais estão disponíveis no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site http:\\braganca.sp.gov.br (Portal do Cidadão). Bragança Paulista, 09 de Setembro de 2021. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

COMUNICADO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 009/2021- PROCESSO N.º 899/2021

O MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, por meio da Secretaria Municipal de Administração – Divisão de Licitação e Contratos, TORNA PÚBLICO a todos interessados, a SUSPENSÃO SINE DIE da sessão de abertura da licitação em epígrafe, cujo objeto destina-se a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, PLANO DECENAL DA POLÍTICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E PLANO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA COMETIDA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DE ARAÇATUBA - SP", que ocorreria no dia 13 de setembro de 2021 às 09h00min, tendo em vista a necessidade de análise do Termo de Referência da licitação em epígrafe, conforme Ofício COMDICA N.º 089/2021.

Araçatuba, 09 de setembro de 2021.
ANA CAROLINA DOS REIS - Divisão de Licitação e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

REDESIGNAÇÃO - RETIFICAÇÃO DE EDITAL - AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2021. O Município de Bragança Paulista torna público aos interessados que fica redesignada a data da sessão de abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2021 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE SANITÁRIOS QUÍMICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS, CULTURA E TURISMO, DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER E DA SAÚDE, para o dia 28 de setembro de 2021 as 14:30 horas. O edital está disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site http:\\braganca.sp.gov.br (Portal do Cidadão). Bragança Paulista, 09 de Setembro de 2021. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

***** AVISO DE LICITAÇÃO *****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. do Bom Sucesso, n° 1400, Bairro Alto do Cardoso:

PREGÃO Nº 064/2021 (PMP 2568/2021) – reabertura
Para "aquisição de equipamentos hospitalares para atender a UPA de Moreira César", com recebimento dos envelopes até dia 24/09/2021, às 08h e início da sessão às 08h30.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também https://www.bbmnetlicitacoes.com.br para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

Estado de São Paulo

Edital de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo n.º 056/2021-Processo Administrativo n.º 5.367/2021.Oferta de compra: 871400801002021OC00063. Endereço Eletrônico: www.bec.sp.gov.br e www.vinhedo.sp.gov.br/licitacoes. Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Vinhedo, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PÃES, DESTINADOS AO PREPARO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E ALIMENTAÇÃO DOS IDOSOS DO QUERO VIDA NA CIDADE DE VINHEDO, CONFORME EDITAL E ANEXOS. O início do recebimento de propostas eletrônicas será do dia 10 de Setembro de 2021 até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, dia 24 de Setembro de 2021 a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido nos sítios acima mencionados.

PSDB repudia atos bolsonaristas, mas adia decisão sobre apoio a impeachment

A reunião da Executiva Nacional do PSDB quarta-feira, dia 8, não chegou a uma decisão favorável ao impeachment do presidente Jair Bolsonaro. Convocado pelo presidente nacional do partido, Bruno Araújo, o encontro virtual debateu uma reação aos discursos antidemocráticos de Bolsonaro em atos do 7 de Setembro, mas não houve unidade.

A direção do partido, que agora se diz de oposição, pressiona para tentar mudar a posição de tucanos apoiadores do governo no Congresso. Segundo nota do PSDB Nacional, a decisão em passar a integrar a oposição foi unânime.

"O partido repudia as atitudes antidemocráticas, truculentas e irresponsáveis adotadas pelo presidente da República em manifestações pelo Dia da Independência", diz a nota. "O PSDB se alinha a todas as forças da sociedade brasileira que têm na democracia, na defesa das instituições e no respeito à liberdade o seu maior compromisso."

Nos bastidores, integrantes da direção tucana reconheceram que o discurso do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), em defesa de uma "pacificação" sem dar margem ao impeachment, influenciou o debate no PSDB. Para um dirigente partidário ouvido reservadamente, a fala calculada de Lira, transmitida na TV Câmara, "jogou um balde de água fria" na expectativa de quem apoia o afastamento de Bolsonaro.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, disse que Bolsonaro cometeu atos "ilícitos" e "crime de responsabilidade" ao anunciar que vai passar a desconsiderar decisões do ministro da Corte Alexandre de Moraes. Mas a acusação de Fux, acompanhada de uma cobrança sobre o Congresso, foi ignorada.

Com divergências na bancada tucana na Câmara, explicitadas em episódios recentes como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do voto impresso, a Executiva optou por cobrar um posicionamento e debate entre os parlamentares, sejam deputados ou senadores. No mês passado, o partido orientou a bancada a defender a urna eletrônica e não apoiar a retomada do voto em cédulas de papel e contagem manual, como defende Bolsonaro, mas o resultado foi outro: 14 tucanos foram favoráveis e 12 contrários; 5 não votaram, e o ex-presidenciável Aécio Neves (MG) se absteve.

A reunião ocorreu à tarde, de modo virtual, com cerca de 30 integrantes da Executiva. Segundo tucanos presentes, ninguém pediu a palavra para defender Bolsonaro ou o governo na reunião virtual. Em vez disso, todos repudiaram os atos de Bolsonaro. Porém, reconheceram as divisões internas que impedem posicionamentos futuros mais enfáticos.

Caminhoneiros protestam em 8 Estados; Polícia Rodoviária atua para liberar fluxo

O Ministério de Infraestrutura informou quarta-feira, 8, que a Polícia Rodoviária Federal (PRF) atuou nesta quarta-feira, 8, para desmobilizar bloqueios de estradas realizados por caminhoneiros em oito Estados. A previsão, segundo nota da pasta, é garantir o livre fluxo nas rodovias, com a tendência de fim das mobilizações, até às 00h desta quinta-feira, 9. Os bloqueios começaram na terça, 7, durante as manifestações do 7 de Setembro, convocadas pelo presidente Jair Bolsonaro.

Segundo o boletim, de 17h30, são registrados pontos de concentração em rodovias federais com abordagem a veículos de cargas nos seguintes Estados: Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Segundo o ministério, em nenhum ponto é registrado bloqueio total da pista. "A PRF encontra-se em todos os locais identificados e trabalha pela garantia do livre fluxo com a tendência de fim das mobilizações até a 0h do dia 09/09."

O ministério informou ainda que os atos não são organizados por qualquer entidade setorial do transporte rodoviário de cargas e que a composição das mobilizações é heterogênea, "não se limitando a demandas ligadas à categoria". A pasta disse ainda que não há previsão, no momento, de que os bloqueios nas rodovias afetem o abastecimento de produtos no País.

No entanto, os bloqueios realizados pelos caminhoneiros já preocupa distribuidoras de combustíveis que temem o desabastecimento dos mercados. As empresas temem que faltem produtos como gasolina e óleo diesel nas próximas 12 horas desta quarta-feira. A situação mais crítica é em Santa Catarina e Mato Grosso, mas algumas cidades de outros Estados já estão com fornecimento comprometido. Esse medo também foi manifestado pela Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística). Em nota de repúdio aos bloqueios, a entidade que representa transportadoras afirmou que as paralisações poderão causar sérios transtornos à atividade de transporte realizada pelas empresas, com graves consequências para o abastecimento de estabelecimentos de produção e comércio. A entidade reforçou que tais bloqueios e suas eventuais consequências para o abastecimento poderão atingir diretamente o consumidor final e o comércio de produtos de todas as naturezas, incluindo alimentos, medicamentos e combustíveis.

A NTC&Logística, que diz congregar cerca de 4.000 empresas de transporte associadas direta e indiretamente e mais de 50 entidades patronais, afirmou que a movimentação é de natureza política e está dissociada das bandeiras e reivindicações da categoria de caminhoneiros autônomos. Um dos líderes do movimento intitulado de caminhoneiros patriotas, Francisco Burgardt, conhecido como Chicão Caminhoneiro, diz que entregará hoje um documento ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pedindo a destituição de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). "O povo brasileiro não aguenta mais esse momento que País está atravessando através da forma impositiva que STF vem se posicionando. O povo brasileiro está aqui (Esplanada dos Ministérios) buscando solução e só vamos sair daqui com solução na mão", disse Chicão, que preside União Brasileira dos Caminhoneiros (UBC), em vídeo que circula pelas redes sociais. Segundo ele, o documento também será entregue ao presidente Jair Bolsonaro. Em outro vídeo, Burgardt fala em um prazo de 24 horas para a resposta das autoridades ao pedido do movimento. Até o momento desta publicação, a reportagem não conseguiu contato com Burgardt.

PGR quer investigar delegado de inquérito sobre interferência de Bolsonaro na PF

O Ministério Público Federal (MPF) requereu ao diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Maiurino, a abertura de uma investigação para apurar se o delegado Felipe Alcântara de Barroso Leal cometeu abuso de autoridade e violou o sigilo profissional no inquérito que mira o presidente Jair Bolsonaro por suposta tentativa de interferência política na corporação.

O pedido foi enviado pela subprocuradora-geral da República, Lindôra Araújo, depois que o delegado foi afastado do inquérito por ordem do ministro Alexandre de Moraes, relator da investigação no Supremo Tribunal Federal (STF).

O afastamento foi determinado pelo ministro porque Leal pediu informações à PF sobre atos administrativos do diretor-geral da corporação e à Procuradoria Geral da República (PGR) sobre relatórios que teriam sido produzidos pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para orientar a defesa do senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) no caso das rachadinhas. Moraes considerou que as providências não tinham 'qualquer pertinência' com o objeto do inquérito. "O crime de abuso de autoridade, atualmente previsto na Lei n.o 13.869/2019, ocorre quando um agente público, seja servidor ou não, no exercício de suas funções, ou a pretexto de exercê-las, abusa do poder que lhe tenha sido atribuído. Exige-se ainda que o agente tenha a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou ainda por mero capricho ou satisfação pessoal", escreveu a subprocuradora ao pedir a investigação.

A hipótese de violação do sigilo profissional, por sua vez, tem relação com suposto vazamento de informações do inquérito. Em manifestação enviada ao STF na semana passada, Leal justificou as medidas que levaram ao seu afastamento. Segundo o delegado, as diligências foram determinadas em razão de 'novas lacunas investigativas'. O delegado expõe no documento que a hipótese criminal foi reformulada depois que o ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, pivô do inquérito, comunicou sobre a reportagem da revista Época que revelou a produção de um relatório da Abin para subsidiar a defesa do filho mais velho do presidente no Caso Queiroz. A reformulação também foi motivada, segundo o delegado, por uma série de mudanças internas na Polícia Federal, incluindo a exoneração de Alexandre Saraiva da chefia da superintendência da PF no Amazonas após a apresentação de uma notícia-crime contra o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, por suposta atuação em favor de madeireiros, e a não nomeação de Franco Perazzoni como delegado regional de combate ao crime organizado no Distrito Federal, que seria responsável por investigar fatos relacionados a Salles.

Pacheco critica extremismo e pede diálogo para resolver 'crise real'

Após o presidente Jair Bolsonaro fazer ameaças ao Supremo Tribunal Federal (STF) durante os atos de 7 de setembro, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), divulgou um pronunciamento criticando o extremismo nas manifestações e cobrando respeito à Constituição. A declaração foi gravada em vídeo. Pacheco afirmou que, tanto para os brasileiros nas manifestações quanto para aqueles que não foram, há uma realidade: um país em crise. "Essa solução não está no autoritarismo, não está nos arroubos antidemocráticos, não está em questionar a democracia. Essa solução está na maturidade política dos Poderes constituídos de se entenderem, de buscarem as convergências para aquilo que verdadeiramente interessa aos brasileiros", disse o senador. O presidente do Senado renovou o compromisso de buscar um diálogo entre os Poderes para resolver a crise econômica.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE SÃO PAULO

EDITAIS DE CASAMENTOS

DANIEL SIMÕES DE OLIVEIRA, nascido em Sorocaba, SP, aos 30/10/1987, médico, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Tadeu Aparecido de Oliveira e Rosane Pinto Simões de Oliveira. LISA RODRIGUES DA CUNHA SAUD, nascida em Uberaba, MG, aos 21/10/1985, médica, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Ricardo Saud e Suzana Maria Rodrigues da Cunha.

MARCELO ROCHA DOS ANJOS, nascido em Santos, SP, aos 18/04/1991, funcionário público estadual, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Pedro dos Anjos e Mirian Alves Rocha dos Anjos. MARCELLA KUCHKARIAN MARKOSSIAN, nascida n/ Capital, SP aos 14/05/1991, advogada, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Gregorio Markossian e Monica Kuchrarian Markossian.

EDNO TALES BIANCHI, nascido em Santa Cruz do rio Pardo, SP, aos 28/05/1985, médico, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Vicenti Bianchi e Edna de Fatima dos Santos Bianchi. ANA LUISA FERNANDES LAULETTA, nascida n/ Capital, SP, aos 01/04/1989, médica, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Luiz Carlos Lauletta e Alice Fernandes Lauletta.

LEOPOLDO GUILHERME OTTO FONSECA, nascido em Brasília, DF, aos 03/02/1979, engenheiro, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Luiz Antônio Dubeux Fonseca e Angela Cristina Otto Fonseca. TAMIRES THEODORO HESSE, nascida n/ Capital, SP, aos 29/04/1988, administradora, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Ricardo de Oliveira Hesse e Walma Jose Theodoro Hesse.

MARCOS PAULO GOUVEA DE OLIVERA, nascido em Taubaté, SP, aos 21/07/1989, médico, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Nestor Estefano de Oliveira e Léa Maria de Mello Gouveia Matos de Oliveira. VIVIANE CAIXETA MONTEIRO, nascida em Ceres, GO, aos 14/08/1992, médica, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Elias de Padua Monteiro e Vivian de Faria Caixeta Monteiro.

FÁBIO TAVARES TOFFANI, nascido em Ribeirão Preto, SP, aos 13/02/1990, empresário, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Vanderlei Toffani e Edilamara Aparecida Tavares Toffani. CAMILA SILVA ZULLO, nascida n/ Capital, SP, aos 02/05/1988, empresária, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Rubens de Castro Zullo e Divina Inês Silva.

IVO AYRES AGUIRRA NETO, nascido n/ Capital, SP, aos 21/07/1975, empresário, divorciado, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Vitor Hugo Ayres Aguirra e Julia Valderes Mescia Ayres Aguirra. VANESSA DONNIANNI, nascida em São Bernardo do Campo, SP, aos 16/10/1986, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Antonio Donnianni e Rosecler Bulos Donnianni.

LUCAS MORAES DA SILVA, nascido n/ Capital, SP, aos 29/10/1988, desenvolvedor de softwear, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Paulo Jose da Silva e Maria Domingas Sousa Moraes da Silva. ELISA CRISLLIAN SANTOS SARQUES, nascida n/ Capital, SP, aos 25/12/1994, gerente administrativo, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Samuel Crisler Fernandes Sarques e Elisangela da Silva Santos Sarques.

RODRIGO LOBO VIEIRA, nascido n/ Capital, SP, aos 26/02/1993, autônomo, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Jose Domingos Vieira e Cleide de Almeida Lobo Vieira. TATIANA SILVA ROBERTO, nascida em Assis, SP, aos 05/07/1988, gestora de marketing, divorciada, residente e domiciliado, nesta Capital, SP, Filiação: Elias Roberto e Irene Lopes da Silva.

EDUARDO JOSÉ DOS SANTOS GOMES, nascido n/ Capital, SP, aos 26/01/1979, comércio, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Antonio dos Santos Gomes e Barbara dos Santos Cruz Gomes. CLEIDIANE RODRIGUES DE MACEDO, nascida em Independência, CE, aos 18/01/1977, metalúrgica, solteira, Antonio Macedo de Sousa e Antonia Rodrigues de Macedo.

MARCOS ANTONIO PAULISTA VIEIRA, nascido em São Bernardo do Campo, SP, aos 08/07/1990, enfestador, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Antonio Paulista Vieira e Adivina Barbosa Vieira. JANAINA DE OLIVEIRA BLOTTI, nascida n/ Capital, SP, aos 16/04/1990, analista contábil, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: João Antonio Blotti e Jacinta Cacia de Oliveira Blotti.

GABRIEL SANTOS FERREIRA, nascido n/ Capital, SP, aos 10/12/1997, ajudante geral, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: José Naseosino Ferreira e Ana Maria Lucia Santos Ferreira. LETÍCIA MACHADO FERREIRA, nascida n/ Capital, SP, aos 18/07/2002, cuidadora de idosos, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Venicio Ferreira de Souza e Miriam Machado Fonseca.

JEISON HORVAT QUADROS PIMENTEL, nascido n/ Capital, SP, aos 31/08/1986, estoquista, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Nivaldo de Quadros Pimentel e Neusa maria Horvat. PATRICIA MACÊDO DE CARVALHO, nascida n/ Capital, SP, aos 18/07/1986, analista de RH, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Agenor Nogueira de Carvalho e Maria Vanda Sousa Macêdo de Carvalho.

GUSTAVO MOURA, nascido n/ Capital, SP, aos 30/12/1995, autônomo, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Francisco Araujo Moura e Cicera Maciel Moura. KASSIA CRISTINA NASCIMENTO DA SILVA, nascida em São Caetano do Sul, SP, aos 26/12/1995, do lar, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Eric José da Silva e Roberta Gomes do Nascimento.

WILSON DAVID DE SOUZA, nascido n/ Capital, SP, aos 10/04/1995, motorista, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: josé Wilson de Sousa e Maria da Conceição Souza. DAIANE MOREIRA LEITE, nascida em Santo André, SP, aos 05/05/1998, vendedora, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Joverci Aparecido Correia Leite e Norma Lucia Moreira Lima.

LUIS GUILHERME MAIA KELM NOBREGA, nascido n/ Capital, SP, aos 28/09/1998, balconista, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Francisco Reginaldo Nobrega da Silva e Karina Margareth Maia Kelm. DANIELE DOS SANTOS SENA, nascida n/ Capital, SP, aos 14/02/1998, recepcionista, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Ubirajara Lima Sena e Josilda Rodrigues dos Santos Sena.

LUCAS MARINS ALVES ORANO, nascido n/ Capital, SP, aos 28/04/1998, analista de planejamento, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: José Alves Orano e Francisca Marins Alves Orano. MARIALUIZA LIMA DO SACRAMENTO, nascida n/ Capital, SP, aos 28/12/1998, auxiliar de enfermagem, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Ana Paula Lima do Sacramento.

DEVANIR FRANCISCO DE SOUSA, nascido em Nossa Senhora das Graças, PR, aos 16/03/1966, zelador, viúvo, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Jorgino Francisco de Souza e Eluina Ferreira de Souza. SANDRA DO ESPÍRITO SANTO, nascida n/ Capital, SP, aos 20/09/1971, ajudante geral, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Mario do Espirito Santo e Antônia de Lima.

ANDRE CICERO GOMES JOSE, nascido n/ Capital, SP, aos 12/09/1984, ajudante geral, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Antonio Jose Filho e Maria Lucia França Gomes. CARLA SANCHES DOS SANTOS, nascida n/ Capital, SP, aos 16/08/1979, recepcionista, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Waldir dos Santos e Dirce Sanches dos Santos.

FLAVIO LUIS DE SOUZA, nascido n/ Capital, SP, aos 24/05/1974, gestor ambiental, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: José Luiz de Souza e Doraci Silva de Souza. MAIZA MARTINS DOS ANJOS SOUSA, nascida em Barro Alto, BA, aos 29/06/1990, técnica de enfermagem, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Reinilton Almeida de Sousa e Elena Martins dos Santos Sousa.

RAIMUNDO ALDISIO DE SOUZA GALDINO, nascido em Caculé, BA, aos 25/04/1966, corretor de imóveis, divorciado, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: José Policarpo Galindo e Ercilia de Souza Galindo. CICERA REGINA PEREIRA DA SILVA, nascida em Jati, CE, aos 25/11/1978, secretária, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Paulo Pereira e Maria Inacio da Silva.

THIAGO KUHL SILVA DE OLIVEIRA, nascido n/ Capital, Santo Amaro, SP, aos 03/09/2000, desenvolvedor de software, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Milton Cipriano de Oliveira e Silvana Kuhl da Silva. LETÍCIA LAGO MÓRI, nascida n/ Capital, Vila Mariana, SP, aos 06/03/2001, desenvolvedora android, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Alexandre de Lima Móri e Ronilda Lago Móri.

DIEGO SOUZA FLORENCIO, nascido n/ Capital, Itaquera, SP, aos 07/11/1987, pintor, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Roney de Carvalho Florencio e Enides Lima Souza Florencio. COBELE CONCEIÇÃO DOS SANTOS, nascida n/ Capital, Vila Matilde, SP, aos 22/07/1986, diarista, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Natalino dos Santos e Maria de Lourdes Conceição.

GUILHERME DA SILVA SOUZA, nascido n/ Capital, SP, aos 18/08/1997, eletricista, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Claudio de Siqueira Souza e Regilene da Silva Souza. ÁGATHA MILANI PINHEIRO, nascida n/ Capital, SP, aos 14/09/1996, secretária, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Laerte Pinheiro e Monica Sampaio Milani Pinheiro.

CAIO GUEDES DE SOUSA, nascido n/ Capital, SP, aos 30/12/1999, auxiliar técnico, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Flavio Pereira de Sousa e Maria de Lourdes Guedes da Cruz. THAYNARA BEATRIZ MATHEUS DE ALBUQUERQUE, nascida n/ Capital, Sp, aos 13/09/2002, autônoma, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Marcelo Luciano de Albuquerque e Priscila Aparecida Matheus.

WILKER DA SILVA MENDES, nascido n/ Capital, SP, aos 22/10/1992, metalúrgico, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Valerio Mendes neto e Miriam da Silva Pereira. HARIÉLLEN VITÓRIA ARAUJO DA SILVA, nascida n/ Capital, SP, aos 02/07/2000, atendente, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Luciano da Silva e Ketnic Pires Araujo.

JOÃO RICARDO DOS SANTOS CARDOSO, nascido n/ Capital, SP, aos 23/06/1974, coordenador comercial, divorciado, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Mercidio Candido Cardoso e Solange dos Santos Cardoso. WANESSA SCHMIDT DE OLIVEIRA, nascida n/ Capital, SP, aos 05/10/1979, gerente comercial, divorciada, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Waldemar Schmidt de Oliveira e Ilza Braga Schmidt de Oliveira.

ANTONIO MARCOS COELHO DA SILVA, nascido n/ Capital, SP, aos 31/03/1970, tecelão, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Ademar Coelho da Silva e Gilda Ferri da Silva. MARIA JOSÉ DA PAZ, nascida em Nova Aurora, PR, aos 17/03/1969, do lar, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Antonio Timóteo da Paz e Maria da Conceição da Paz.

ADILSON MICHAEL DOS SANTOS, nascido n/ Capital, SP, aos 07/09/1992, autônomo, divorciado, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Adilson Ferreira dos Santos e Maria Cicera dos Santos Oliveira. PRISCILA AMARO AULUCCI, nascida n/ Capital, SP, aos 16/02/1998, autônoma, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Wanderley Aulucci e Aleksandra Martins Amaro Aulucci.

ROGÉRIO REGINALDO RAMOS, nascido n/ Capital, SP, aos 25/04/1965, aposentado, divorciado, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Reginaldo Ramos e Clotilde Vera Ramos. MARTA LUCIA MARTINS, nascida n/ Capital, SP, aos 03/01/1964, aposentada, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Moises do Nascimento Martins e maria de Fátima da Eira.

JAIR PONGELUPPI NETO, nascido n/ Capital, SP, aos 27/11/1978, assistente administrativo, divorciado, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Marcos Pongeluppi e Ana Maria de Souza Pongeluppi. VALDIRENE MATIAS DE ASSIS, nascida em Bananeiras, PB, aos 15/03/1980, gerente de vendas, divorciada, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Antonio Freire de Assis e Maria do Carmo Matias de Assis.

JOÃO GABRIEL MELO DE OLIVEIRA, nascido em Rio de Janeiro, RJ, aos 02/05/1991, autônomo, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Marco Antonio Santos de Oliveira e Andrea Jorge Melo. THUANNE SANTANA PEREIRA SALES, nascida em Jequié, BA, aos 27/01/1991, consultora jurídica, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Sebastião Alves Sales e Antonieta Santana Pereira Sales.

EMERSON HILDEBRANDO PEREIRA, nascido n/ Capital, SP, aos 25/09/1995, assistente administrativo, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Wilson Aparecido Pereira e Denize Aparecida Hildebrando Pereira. AMANDA CAROLINE SANTOS, nascida n/ Capital, SP, aos 09/02/1996, empresária, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Damazio dos Santos e Vera Lucia Alves do Nascimento Santos.

DIEGO AMORIM LICCA, nascido n/ Capital, SP, aos 29/03/1985, dentista, divorciado, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Mauro Carolina Licca e Ana Rosa Amorim Licca. ALINE GOMES SIQUEIRA, nascida n/ Capital, SP, aos 29/03/1989, designer, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Rubens Gomes Siqueira e Soraia Pereira Gonçalves Siqueira.

NILSON NUNES DA SILVA COSTA, nascido n/ Capital, SP, aos 19/06/1986, autônomo, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Nilson Silva Costa e Maria Aparecida Nunes da Silva. JÉSSICA CAROLINA DE JESUS MAGALHÃES, nascida n/ Capital, SP, aos 20/08/1993, autônoma, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Natalino Magalhães e Katia Maria de Jesus.

RAFAEL ALVES CAMPOS, nascido n/ Capital, SP, aos 18/06/1986, policial militar, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Jurima Silva Campo e Elenice Alves Campos. TAYANE TEODORO DA SILVA, nascida n/ Capital, SP, aos 22/07/1992, recepcionista, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Aldeni Manoel da Silva e Angela de Oliveira Teodoro da Silva.

GABRIEL HENRIQUE MUNHOZ ANDREASSA, nascido n/ Capital, SP, aos 14/04/1997, autônomo, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Carlos Henrique Andreassa e Flavia Munhoz Andreassa. GYOVANNA DOS SANTOS SILVA, nascida n/ Capital, SP, aos 26/04/2000, auxiliar de enfermagem, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Jose Claudionor da Silva e Elaine dos Santos Silva.

SALIOU POUYE, nascido em Senegal, aos 28/04/1981, vendedor, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Djimbry Coura Ndiaye e Ibrahima Pouye. ELIANE CALIXTO TEODORO, nascida n/ Capital, SP, aos 02/10/1979, copeiro hospitalar, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Antonio Rafael Teodoro e Ivone Calixto Teodoro.

DANILO RAMOS DE SOUZA, nascido n/ Capital, SP, aos 07/03/1994, auxiliar de logística, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Valdemir Ferreira de Souza e Deise Ramos de Souza. GIULIANA ROSSIN, nascida n/ Capital, penha de França, SP, aos 18/06/1992, auxiliar administrativo, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Valdemir Leopoldo Rossin e Elaine Aparecida Lopes Rossin.

EDSON DA SILVA, nascido n/ Capital, Indianópolis, SP, aos 30/09/1995, autônomo, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Humberto de Alencar Massolino e Ana Maria da Silva Mossolino. LUCAS ROCHA GAMA, nascida n/ Capital, Jardim Paulista, SP, aos 12/01/1992, monitor de qualidade, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Dorival Gama Redondo Pinto e Miriam Rocha Gama.

JACINTO ANTONIO DOMINGOS, nascido em Angola, aos 27/03/1978, comerciante, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Antonio João Domingos e Babel Francisco. CLAUDINA DE CARVALHO CACHIPATO, nascida em Angola, aos 24/12/1981, comerciante, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: João Cachipato e Rosa João Paulino Cachipato.

TIAGO FERREIRA VALENTIM MAIA, nascido n/ Capital, SP, aos 27/09/1986, empreenteiro, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Rivaldo José Valentim Maia e Marli Celia Ferreira Valentim Maia, ÉVELIN ANGELO DOS SANTOS, nascida n/ Capital, SP, aos 01/04/1985, auxiliar de escritório, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Aristides dos Santos e Valdenice do Carmo Angelo dos Santos.

JOSE ROBERTO TORRES DE OLIVEIRA, nascido n/ Capital, SP, aos 24/10/1968, ajudante geral, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Jose Sabino Torres e Noelia Conceição Santos Torres. SILVANE CRISTINE BARBOSA DE OLIVEIRA, nascida em Natal, RN, aos 10/06/1977, auxiliar de limpeza, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: José Apolonio de Oliveira e maria José Barbosa de Oliveira.

WILLIAN GUARISI PINHEIRO, nascido n/ Capital, SP, aos 24/07/1990, autônomo, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Wilson Monteiro Pinheiro e Sandra Guarisi Pinheiro. YASMIN RIVERA DOS SANTOS, nascida n/ Capital, SP, aos 21/09/1995, advogada, solteira, Cristiano Sales Barbosa dos Santos e Claudia Rivera de Almeida.

RONALDO DA SILVA, nascido n/ Capital, SP, aos 02/10/1980, segurança, divorciado, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: João Antonio da Silva. FABIANA ALVES BIZARI, nascida n/ Capital, SP, aos 17/02/1981, pedagoga, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: José Antonio Bizari e Edinéia Alves Bizari.

GABRIEL FERREIRA DOS SANTOS, nascido n/ Capital, SP, aos 22/08/1996, segurança, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Daniel Batista dos Santos e Roseli Ferreira Batista dos Santos. INARA FERREIRA BARBOSA, nascida n/ Capital, SP, aos 16/07/1998, encarregada de costura, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Reginaldo Ferreira Barbosa e Elisandra Ferreira Cardoso.

SANDRO DA SILVA DOS SANTOS, nascido n/ Capital, Vila Formosa, SP, aos 31/03/1994, mecânico, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Odilon Vieira dos Santo e Maria Sonia da Silva dos Santos. ANDRESSA SILVA DOS SANTOS, nascida em Botucatu, SP, aos 13/06/1997, auxiliar de escritório, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Antonio Carlos dos Santo e Gislene Aparecida da Silva.

FILIPE MAGALHÃES BARRETO, nascido em Santo André, SP, aos 26/01/1995, vendedor, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Marcelo de Melo Barreto e Roselaine Magalhães Barreto. DÉBORA MARCHETTI NAVARRETE, nascida n/ Capital, Vila Formosa, SP, aos 27/03/1999, dentista, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Jony Edson Navarrete e Nilmara Marchetti Navarrete.

LEONARDO GREGIO TARRONE, nascido n/ Capital, Saúde, SP, aos 12/11/1991, analista de tesouraria, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Waldemar Tarrone Junior e Aparecida Gregio Tarrone. REBECA GASPAR LUDELINO, nascida n/ Capital, Alto da Mooca, SP, aos 17/05/1993, assistente de comunicação, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Douglas Estante Laudelino e Marina Pedrina Gaspar.

ADILIO XAVIER SILVA, nascido n/ Capital, Itaquera, SP, aos 20/07/1989, analista de contas, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Arlindo André Silva e Maria de Lourdes Tavela Xavier. SAMANTHA LIMA DE SOUSA, nascida n/ Capital, Casa Verde, SP, aos 23/12/1995, analista de dados, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Jucelino Inacio de Sosa e Maria das Graças de Lima.

ALEX GONÇALVES DE OLIVEIRA , nascido em Itacarambi, MG, aos 06/11/1994, gesseiro, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Evangelino Gonçalves de jesus e Joana Gonçalves de Oliveira. THALITA NUNES VIANA, nascida n/ Capital, SP, aos 07/09/1993, do lar, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Adão Nunes Viana e Benedita Dias Pontes Viana.

VINICIUS BENITES SILVA, nascido n/ Capital, SP, aos 04/07/1979, vendedor gráfico, divorciado, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Edilerson Cirino Silva e Elizabeth Benites Silva. JUSSARA DE ALMEIDA SILVA, nascida n/ Capital, Alto da Mooca, SP, aos 16/09/1982, secretária, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Severino Bezerra da Silva e Maria José de Almeida Silva.

CRISTIANO FERREIRA DE OLIVEIRA CAMPOS, nascido n/ Capital, Mooca, SP, aos 27/11/1992, assistente de logística, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Rubens de Oliveira Campos e Nanci Alves Ferreira Campos. TALITA PAOLA LEME, nascida em São Caetano do Sul, SP, aos 19/04/1986, ajudante geral, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Nielson de Oliveira Leme e Abigail Ribeiro Leme.

WILSON OLIVEIRA DE SENA JUNIOR, nascido em Jaboatão dos Guararapes, PE, aos 07/08/1998, vendedor, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Wilson Oliveira de Sena e Eliene Alves de Sena. SUELEN SOARES SILVA, nascida n/ Capital, Itaquera, SP, aos 21/11/1998, auxiliar de limpeza, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Manoel Jilvan Soares da Silva e Maria das Graças Parreira Ribeiro.

MURILO GOUVEIA GUIMARÃES, nascido n/ Capital, Jabaquara, SP, aos 08/08/1994, publicitário, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Gecivaldo Guardiano Guimarães e maria Francisca Gouveia Guimarães. JULIANA VIEIRA DA SILVA, nascida n/ Capital, Brasilândia, SP, aos 27/05/1996, fisioterapeuta, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Edmundo Casado da Silva e Vera Lucia Vieira da Silva.

THIAGO DE OLIVEIRA, nascido n/ Capital, Saúde, SP, aos 21/07/1981, técnico de segurança do trabalho, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Regina de Oliveira Santos. ETIELE AUGUSTA DAS NEVES FARIAS, nascida em Belford Roxo, RJ, aos 18/02/1982, enfermeira, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Jorhaney Thomaz de Farias e Eliete Augusta das Neves Farias.

BCE mantém juros, mas sinaliza que conduzirá compra de ativos em ritmo menor

O Banco Central Europeu (BCE) decidiu deixar suas taxas de juros inalteradas após reunião de política monetária concluída ontem, 9, como se previa, mas sinalizou que passará a conduzir compras de ativos de forma mais lenta.

As principais taxas de juros do BCE, a de refinanciamento e a de depósitos, permaneceram em 0% e -0,50%, respectivamente.

O BCE também manteve o volume de seu Programa de Compras de Emergência na Pandemia (PEPP, na sigla em inglês) em 1,85 trilhão de euros, mas ressaltou em comunicado que "condições favoráveis de financiamento" permitem que as aquisições sejam feitas em ritmo "moderadamente menor" do que nos dois últimos trimestres.

A instituição reiterou que o PEPP poderá não ser totalmente utilizado, mas ressaltou que também poderá ser "recalibrado", para garantir que as condições de financiamento permaneçam favoráveis.

O BCE também deixou inalterado o tamanho do Programa de Compras de Ativos (APP, na sigla em inglês), em 120 bilhões de euros, a um ritmo mensal de 20 bilhões de euros. As compras do APP serão realizadas "pelo tempo que for necessário", reafirmou a autoridade monetária.

Em comunicado, o BCE reafirmou ainda que o período de vigência do PEPP irá "pelo menos" até o fim de março de 2022.

A instituição voltou a ressaltar, porém, que as compras do PEPP continuarão até que a crise da covid-19 seja superada.

O BCE reafirmou também que os juros básicos vão continuar nos níveis atuais ou menores "até que a meta de inflação de 2%" seja alcançada de forma duradoura.

Logo mais, a partir da 9h30 (de Brasília), a presidente do BCE, Christine Lagarde, comenta a decisão de ontem em coletiva de imprensa.

Caixa traz lista com empregadores aptos a renegociar débitos em aberto com o FGTS

A Caixa Econômica Federal divulgou ontem, 9, uma lista com cerca de 160 mil empregadores que estão autorizados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a negociar seus débitos junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

As empresas podem optar pela regularização parcelada ou à vista até o fim de novembro sob condições facilitadas, que podem chegar à isenção de multas e juros devidos ao fundo. Os empregadores que desejarem aderir e não estiverem contemplados na lista poderão solicitar autorização na plataforma "Regularize" (www.regularize.pgfn.gov.br).

A oportunidade de regularizar os débitos com descontos foi possibilitada pela Resolução 974/2020 do Conselho Curador do FGTS.

Podem optar pelo benefício os aqueles com débitos de FGTS inscritos em dívida ativa, ajuizada ou não.

A Caixa salienta em nota que "os descontos concedidos não afetam os trabalhadores, que receberão integralmente o valor do depósito devido e a remuneração da conta vinculada FGTS (TR+3% ao ano)".

Para as empresas, a regularização dos débitos permite obter o Certificado de Regularidade do FGTS, requerido para participação em licitações, obtenção de financiamentos, créditos, isenções, subsídios ou concessão de serviços e demais benefícios de quaisquer os órgãos da administração pública, sejam federais, estaduais ou municipais.

PM não consegue liberar Esplanada dos Ministérios ocupada por bolsonaristas

Após mais de três horas de negociação, policiais militares e agentes do Detran, da Secretaria de Segurança Pública e de fiscalização do DF legal não conseguiram desobstruir na noite da quarta-feira, 8, a Esplanada dos Ministérios, em Brasília. O local está bloqueado ao trânsito e ocupado por manifestantes bolsonaristas que invadiram a área para o ato de 7 de Setembro.

O governo do Distrito Federal mobilizou mais de 40 viaturas, entre elas, máquinas pesadas e caminhões dos bombeiros.

Assim que o comboio da PM, Detran, SSP e DF Legal se aproximou, os apoiadores do presidente da República, Jair Bolsonaro, se sentaram enfileirados na pista e impediram a passagem. Eles não saíram mais do local.

"Temos que restabelecer a Esplanada", disse o coronel PMDF Jorge Eduardo Naime, responsável pela operação e negociações.

O secretário de Segurança Pública do DF, Julio Danilo Ferreira, também se deslocou ao local para tentar desmobilizar os apoiadores bolsonaristas, que pregam a destituição de ministros do Supremo Tribunal Federal. Ele manteve conversas com representantes do grupo e da Presidência da República.

O objetivo era retirar da pista caminhões estacionados irregularmente em duas das faixas em frente aos ministérios e remover uma cozinha que abastece com arroz carreteiro os acampamentos ao redor do Ministério da Agricultura.

Há no local costelas sendo preparadas na brasa, no fogo de chão, e dezenas de botijões de gás empilhados, além de barris de chope

Os manifestantes queriam entregar ao presidente Jair Bolsonaro, na data de ontem (9), uma denúncia contra ministros do Supremo. O presidente irá receber os manifestantes, segundo o deputado Otoni de Paula (PSC-RJ).

"Espero que amanhã [esta quinta-feira] o presidente receba esse documento que seria entregue ao Senado e com esse compromisso cada caminhoneiro e chefe de família possa seguir sua vida", disse na quarta-feira o deputado Otoni de Paula (PSC-RJ), que negociava em defesa dos bolsonaristas, segundo ele, cansados e desgastados.

Ele pediu bom senso aos PMs e disse que "ninguém vai sair do acampamento".

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676